

Às quatorze horas do dia quinze de maio de dois mil e oito, no Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de Luiz Fernando de Almeida, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes os Conselheiros Angela Gutierrez, Breno Bello de Almeida Neves, Italo Campofiorito, Jurema de Sousa Machado, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Marcos Castrioto de Azambuja, Maria Cecília Londres Fonseca, Nestor Goulart Reis Filho, Paulo Ormino David de Azevedo, Roque de Barros Laraia, Sabino Machado Barroso, Synésio Scofano Fernandes, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses - representantes da sociedade civil -, Leonardo Barci Castriota - representante do Instituto de Arquitetos do Brasil -, Suzanna do Amaral Cruz Sampaio - representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Arno Wehling, Augusto Carlos da Silva Telles, José Ephim Mindlin, Marcos Vinícios Vilaça, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira - representantes da sociedade civil – e Sérgio Alex Kugland de Azevedo - representante do Museu Nacional. O Presidente abriu a sessão com as seguintes palavras: “Senhores Conselheiros, esta é a 56ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a primeira deste ano. Agradeço a presença dos Senhores Conselheiros. Quero assinalar e agradecer a presença do Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Juca Ferreira, que tem tido um papel fundamental de apoio às ações nossas dentro do campo de patrimônio, e de instigador no sentido de avaliarmos a dimensão dos desafios que o IPHAN enfrentará para o exercício de uma política pública capaz de dar conta da enorme diversidade cultural do país. Obrigado pela sua presença. Destaco ainda a presença do Dr. Manuel Costa, Secretário do Governo do Estado de Minas Gerais, representando o Governador Aécio Neves. Não posso deixar de agradecer a cessão do espaço magnífico deste Museu de Artes e Ofícios, onde estamos fazendo

essa reunião, à Conselheira Angela Gutierrez, sua Presidente, figura extremamente importante no sucesso da nossa ação cultural no Brasil. Conselheira, acho que Vossa Senhoria exagerou naquilo que é a boa hospitalidade mineira. Nos sentimos extremamente bem recebidos aqui em Minas Gerais, em grande parte graças à sua presença, à sua hospitalidade. Angela Gutierrez, obrigado. Quero assinalar e dar boas-vindas à nova Conselheira, arquiteta Jurema Machado; é uma coincidência que aconteça em Belo Horizonte. Comunico ainda a recondução dos Conselheiros Luiz Phelipe Andrès, Maria Cecília Londres Fonseca, Roque Laraia, Synésio Scofano Fernandes, representantes da sociedade civil, e Sérgio Alex Kugland de Azevedo, representante do Museu Nacional. Hoje é uma data importante para este Conselho, comemoramos o centenário de nascimento de um importante Conselheiro - Gilberto Ferrez. Teremos à noite a abertura da exposição de fotografias da família Ferrez, aqui no segundo andar do Edifício da Estação, defronte à Praça da Estação, às dezenove hora e trinta minutos; para a qual todos estão convidados. Na pauta desta reunião constam três pontos importantes. No primeiro, examinaremos as Propostas do Grupo de Trabalho constituído por órgãos de governo, incluindo o IPHAN e a Câmara Federal, para propor uma metodologia de inventário da **Diversidade Lingüística do Brasil**. Segue-se a proposta de tombamento da **Casa de Chico Mendes e do seu acervo**, que será relatada pelo Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, e finalizamos com a proposta de registro do **Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas Regiões do Serro, da Serra da Canastra e do Salitre Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais**, relatada pela Conselheira Angela Gutierrez. Vou passar então ao primeiro item da ordem do dia, e conceder a palavra à Conselheira Maria Cecília Londres para relatar as Propostas do Grupo de Trabalho que se reuniu para discutir as questões ligadas à **Diversidade Lingüística do Brasil** contidas no Processo nº 01450.003416/2008-18.” A Conselheira Maria Cecília Londres tomou a palavra para a seguinte exposição: “Obrigada,

Presidente. Apenas reiterando suas palavras, acho que todos nós podemos falar do enorme prazer de, nesta reunião, não apenas gozar da hospitalidade mineira, como ver o resultado de um trabalho exemplar feito pela Conselheira Angela Gutierrez e pelo Instituto Flávio Gutierrez, que não deixa nada a dever a museus estrangeiros, inclusive do ponto de vista da interatividade com o público, para não falar da excelência da coleção. É uma linguagem museográfica ágil, fantástica, eficiente. Acho que é muito bom ter uma Conselheira que é também produtora, e que age na área da cultura com tanta desenvoltura. Serei breve porque sei que a pauta é muito longa. O que trazemos ao Conselho, para informá-lo e ouvir o seu parecer, é o resultado de dois anos de trabalho, a partir de uma demanda que surgiu no IPHAN em função do Decreto nº 3.551/2000, que institui o registro do patrimônio imaterial, e provocou a demanda, já esperada desde o início dos trabalhos, em relação às línguas e ao seu registro como patrimônio cultural imaterial. É bom que a Conselheira Jurema Machado esteja presente porque a UNESCO foi pioneira nesse sentido. Desde os anos 90 vem trabalhando com a preservação das línguas, produzindo o Atlas das Línguas em Perigo, que é constantemente atualizado, e com um inventário de boas práticas de preservação de línguas. Trata-se de um trabalho constante que a UNESCO vem fazendo nesse sentido. Já em 1996, em Barcelona, foi assinada a Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos, que reconheceu o direito à língua, às diferentes línguas, às línguas maternas, e à preservação das línguas. Quando se começou o trabalho, a partir do Seminário de 1997 feito em Fortaleza, que desencadeou a elaboração do Decreto 3.551/2000, e tiveram início as atividades do Grupo de Trabalho de Patrimônio Imaterial que assessorava a Comissão, da qual faziam parte alguns Conselheiros na época, já se tinha clareza de que a questão das línguas era uma questão pertinente para o campo do patrimônio imaterial. Quer dizer, as línguas não apenas como códigos de comunicação, com uma dimensão puramente funcional, mas também como repositórios de sentidos, de visões de

mundo singulares, únicas. Gosto de citar como exemplo dessa abordagem um livro que acho fantástico, pequenininho. Dominique Gallois, antropóloga da Universidade de São Paulo, que há anos desenvolve um magnífico trabalho junto aos índios Wajãpi, em que ela mostra que não há tradução perfeita para a língua. Cada língua é um sistema que só pode ser entendido nas suas relações internas enquanto recorte de uma uma representação de mundo. Então, ela fala do jeito dos Wajãpi darem nome, do jeito dos Wajãpi conhecerem e representarem linguisticamente esse conhecimento do mundo. Quer dizer, sem esse conhecimento a língua não é traduzível. A preservação das línguas vai além de uma preservação de códigos, tem a ver com a preservação de uma cultura, de uma visão de mundo. E, nesse sentido, a abordagem proposta por Dominique Gallois tem toda a pertinência. Mas, por outro lado, o Grupo de Trabalho considerou que a questão das línguas era uma questão muito complexa e delicada para ser trazida naquele momento para o âmbito do patrimônio imaterial. Primeiro, porque se estava começando um trabalho de construção de instrumentos para preservação do patrimônio imaterial. Segundo, porque a lógica do patrimônio segue a lógica da elaboração de instrumentos de preservação como é o tombamento, como são os registros, é uma lógica seletiva. E como trabalhar com uma lógica seletiva em relação às línguas? Não tem como fazer, não será o número de falantes o critério de seleção adotado para se valorizar mais ou menos uma língua. Então, nós tínhamos presente, essa questão, mas resolvemos deixar para um segundo momento, e esse foi um dos motivos porque no Decreto 3.551/2000 há previsão da criação de outros livros de registro. A Constituição Brasileira de 1988 já havia reconhecido o direito lingüístico dos povos indígenas, inclusive foi a base para todo o trabalho de educação bilíngüe que vem sendo desenvolvido pelo MEC, pela FUNAI, e por outras instituições. Mas nós sabíamos que havia outras comunidades lingüísticas que não apenas as comunidades indígenas. Então, a nossa questão era exatamente como integrar as línguas nessa lógica do

patrimônio e como inseri-las, preservá-las enquanto patrimônio. Essa era uma questão que ultrapassava a nossa competência e que demandava um trabalho de lingüistas. Essa concepção é reiterada na Declaração Universal da Diversidade Cultural, de 2001, data em que chega ao IPHAN o primeiro pedido de registro de língua, a língua Talian, falada no sul do Brasil por descendentes de imigrantes italianos. O Talian é uma língua derivada do Vêneto, e a comunidade de falantes no Brasil é uma comunidade altamente articulada, inclusive são pessoas que têm bastante recursos, já existem dicionários de Talian, publicações em Talian. A demanda foi encaminhada pela associação de apresentadores de programa de rádio em Talian do Brasil, e depois recebeu o apoio de outras instituições do sul. Logo em seguida, em 2002, houve uma iniciativa em nível municipal muito interessante, que foi em São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, no Estado do Amazonas, a área mais plurilíngüe do país, onde são faladas 23 línguas. Nesse município houve a co-oficialização de três línguas indígenas: o Nheengatu, o Baniwa e o Tukano. Outro fato interessante foi a regulamentação da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Foi inclusive criada a primeira licenciatura de língua de sinais do mundo, foi criada aqui essa licenciatura. Havia, portanto, todo um clima, uma demanda, uma consciência de que era importante trabalhar com a questão das línguas enquanto patrimônio cultural. Lembramos apenas, e aí são dados da UNESCO, que 96% das línguas do mundo são faladas por apenas 4% da população mundial. Uma língua desaparece, em média, a cada duas semanas. E 80% das línguas africanas são línguas ágrafas, que não têm ortografia. Isso significa que o desaparecimento é muito mais rápido. No Brasil, calcula-se que tenhamos cerca de 200 línguas, sendo 180 línguas indígenas. Além delas, temos as línguas alóctones, que são as línguas de imigração, como o Talian, e temos as línguas ou falares – isso é problema dos lingüistas - afro-brasileiros, que, inclusive, são as línguas dos nossos cultos do candomblé, para não falar de todas as variantes do português. Todas essas questões foram trazidas a um seminário

realizado na Câmara dos Deputados, uma parceria da Comissão da Educação e Cultura da Câmara de Deputados, do IPHAN e do Instituto de Políticas Linguísticas – IPOL. O ponto de partida foi a constatação de que o Brasil sempre se viu como um país monoglota. Um país onde o português era a língua nacional, a língua da unidade nacional, e as línguas indígenas eram apenas as línguas dos grupos indígenas - e mais do que isso pouco se sabia. Ora, o que se está percebendo é que o país é bem mais plurilíngüe do que se imaginava, sobretudo se pensarmos na questão das línguas maternas. Não na língua de trabalho, não na língua de comunicação, dos meios de comunicação de massa, mas na língua materna. Esse seminário reuniu não apenas várias instituições, como universidades, centros de pesquisa, mas também falantes das línguas, que inclusive falaram durante o seminário em suas próprias línguas. Na verdade, o seminário surgiu de uma demanda pela criação de um livro de registro de línguas, mas se evoluiu para a criação de um grupo de trabalho, pois se considerou que, naquele momento, essa proposta merecia um estudo, uma avaliação. Então, se criou um grupo de trabalho com várias instituições, conforme está discriminado no relatório distribuído, se não me engano está na página 16 a relação de todos os membros desse grupo de trabalho que passou a se reunir. Como exemplos, cito o MEC, o Ministério da Ciência e Tecnologia - representado pelo Museu Goeldi, o Ministério da Justiça – representado pelo Museu do Índio, da FUNAI, o IBGE, a Fundação Palmares, do Ministério da Cultura, a UNESCO. Enfim, foi realmente um grupo multi-institucional e funcionou como tal. Eu fui membro do Grupo, representando este Conselho, e posso atestar que realmente a presença e a participação das várias instituições foi efetiva e foi muito importante para o andamento dos trabalhos. No ano passado, houve o primeiro Fórum Internacional da Diversidade Linguística, que foi realizado no Rio Grande do Sul já no sentido de dar andamento a ações voltadas para a promoção das línguas. E gostaria de lembrar que a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural

Imaterial da UNESCO, de 2003, na sua definição de patrimônio cultural imaterial (artigo 1º item A) diz o seguinte: que são patrimônio cultural imaterial as tradições e expressões orais incluindo a língua como vetor do patrimônio cultural imaterial. Quer dizer, está muito claro na Convenção que as línguas são parte do patrimônio cultural imaterial. Desse Grupo de Trabalho resultaram várias recomendações, que estão alinhadas no relatório, na página 13. Há uma série de propostas que foram feitas e eu ressaltaria algumas delas. Uma proposta que teria grande alcance é a da inclusão do quesito “língua materna” no censo de 2010. Na verdade, essa questão surgiu no censo no Brasil em apenas em duas ocasiões, em 1940 e 1950, e com intuito totalmente contrário ao que se tem hoje. Era a época da guerra e depois do pós-guerra, e o objetivo era de reprimir as escolas que davam educação em outras línguas que não português. Então, os resultados desses censos são muito discutíveis, pois provavelmente a informação obtida, por conta dessa ameaça, não traduzia a realidade dos falantes. Eu fui a uma reunião no IBGE e pude constatar que essa proposta recebeu o apoio de várias instituições. Quer dizer, já há uma espécie de consenso por parte da FUNAI, da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), da Secretaria de Diversidade Cultural do MEC, de várias universidades quanto à importância dessa informação para a formulação de políticas públicas. Por outro lado, foi informado que é difícil incluir mais um quesito no censo, mesmo em se tratando de uma única pergunta (qual era a sua língua materna, qual era a língua que você falava na sua casa?). Mas só assim teríamos uma noção mais realista da nossa diversidade lingüística. Outra proposta é a da utilização do inventário como uma medida de salvaguarda das línguas. Quer dizer, a idéia é de que, antes do registro, é muito importante de que se faça esse inventário. Então, foi criado um sub-grupo composto pelo professor Aryon Rodrigues, que hoje está na UnB, e que veio da UNICAMP, que é um lingüista, uma grande autoridade em línguas indígenas, reconhecido internacionalmente. Outro lingüista é o professor Denis Moore,

também uma autoridade, sobretudo nas línguas indígenas do norte, no Museu Goeldi, e o professor Gilvan Muller, que é do IPOL, de um instituto privado mas que é muito articulado, e os três elaboraram uma minuta da proposta de metodologia de inventário. Na verdade, a idéia não é que o Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN ou que as superintendências regionais executem um inventário. Mesmo porque já há uma série de inventários feitos ou em curso por várias instituições e universidades. A idéia é montar um banco de dados de referência. Um banco de dados que vai ter as referências e que vai sistematizá-las e disponibilizá-las, um pouco na linha da referência cultural com que já se trabalha os inventários feito pelo IPHAN. Então, a metodologia de um Inventário Nacional da Diversidade Lingüística foi elaborada, e, para viabilizar sua aplicação se está trazendo a este Conselho a minuta de decreto que seria encaminhada, desde que vocês concordem, à Presidência da República, para que se crie essa figura de “língua inventariada”. O fato de uma língua já ser identificada com um número X de falantes, com situação de maior ou menor risco, e de receber essa chancela, esse retrato em preto e branco, já habilitaria os interessados em sua salvaguarda a conseguir alguns recursos, algum apoio por parte dos diferentes órgãos públicos do governo e também ajudaria na elaboração de políticas públicas para essas línguas. O que não significa, isso eu queria deixar bem claro, que nós, em nenhum momento, tenhamos a ilusão de que se pode forçar uma população, uma comunidade, a permanecer falando uma língua. Não existe essa ilusão. Não se trata disso. Trata-se, antes de tudo, de uma memória que é preciso preservar, de uma documentação que é preciso resguardar. Assim como, uma espécie animal extinta estará totalmente perdida em termos de conhecimento acumulado se não tivermos o seu DNA. No caso da língua há uma forma de preservá-la., é a mesma coisa. Digamos que o inventário é o DNA da língua. Ela não vai ser mais falada, mas haverá a memória do quê que aquela língua representou, que sentidos, que visão de mundo ela veiculou,

em que contextos ela existiu, etc. Então, essa é a idéia da proposta de se criar a figura de 'língua inventariada' e, eventualmente, de que as comunidades tenham o apoio para exercer os seus direitos lingüísticos se assim for do seu interesse. Apresentamos também aos Conselheiros a minuta da metodologia do inventário. Esse inventário seria a base, no futuro, dependendo dos seus resultados, de uma política cultural para as línguas, o que pode vir a incluir a criação de um Livro de Registro das Línguas, cujos critérios de inscrição estão sendo discutidos pelo Grupo de Trabalho. Mas a idéia é de que o inventário já vai apontar as línguas que estão em perigo, e um dos critérios de inscrição poderia ser o risco de desaparecimento. A idéia é, inclusive, que se solicite ao Ministério da Cultura que gere esse sistema de documentação e informação que vai reunir os dados sistematizados pelo Inventário Nacional da Diversidade Lingüística. Quer dizer, essa foi uma demanda que surgiu na audiência pública sobre a qual ainda não cheguei a falar, realizada no final de 2007, e que foi muito importante porque reuniu no Congresso Nacional uma série de instituições e membros de comunidades de falantes, e uma das demandas encaminhadas foi a de que fosse realizado esse inventário. Então, só gostaria de lembrar que o MEC, assim como o IBGE, também foi muito ativo durante todo o trabalho do grupo, e já se comprometeu a fazer campanhas de sensibilização junto aos seus conselhos de Secretários de Educação e de docentes para que, na atividade didática, essa questão da diversidade lingüística seja levada em conta também na educação formal. A Fundação Cultural Palmares, por exemplo, pediu, inclusive, um trabalho de varredura nos laudos antropológicos feitos para o reconhecimento dos quilombos para ver se havia dados que interessassem a esse levantamento. A resposta foi que realmente não havia, mas propôs que, nos futuros levantamentos, essa questão seja incluída no trabalho de elaboração dos laudos. Esse foi outro tema também muito importante. E, enfim, há idéia de que a Comissão de Educação e Cultura sugira uma emenda parlamentar no orçamento da União para

implantação e gestão do inventário que, obviamente, vai demandar recursos para isso. Então, gostaria de dizer, sintetizando, que há duas iniciativas em curso, e que, acho, estão apenas aguardando um aval do Conselho, que são a implantação do Inventário Nacional da Diversidade Lingüística e a inclusão do quesito língua materna no censo de 2010. Uma outra iniciativa que só depende do IPHAN, e já está definida, é a inclusão no Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial de 2008 de trabalhos nessa linha de mapeamento da diversidade lingüística e de sua salvaguarda. Em suma, essas são três iniciativas já próximas, para não falar das já existentes no MEC, que, já há algum tempo, faz um trabalho de educação bilíngüe, sobretudo na área da educação indígena. Ou seja, já havia várias instituições, como o Museu do Índio, o Museu Goeldi, e também as universidades, que têm trabalhos de levantamento de línguas indígenas já há muito tempo. Portanto, não é um assunto que esteja virgem. Trata-se apenas de reunir esforços, de coordenar e de realmente canalizar recursos no sentido de que essa se torne uma política pública articulada, e que possa trazer efeitos para as comunidades de falantes. Eu não sei se a Dr^a Márcia Sant'Anna teria alguma coisa a acrescentar. Obrigada, aguardamos a manifestação dos Conselheiros.” O Presidente agradeceu à Conselheira, anunciou a presença da Secretária de Cultura do Estado de Minas Gerais, Senhora Helena Santarosa, e concedeu a palavra ao Conselheiro Marcos de Azambuja para as seguintes manifestações: “Quero primeiro agradecer à nossa colega Angela Gutierrez por nos ter cedido este espaço hoje. Um dos privilégios de pertencer ao Conselho do IPHAN é nos reunirmos sempre espetacularmente bem. No Convento dos Terésios, na Igreja de São Pedro dos Clérigos, no Palácio Capanema, não há instituição colegiada no Brasil com melhor gosto para escolher os locais dos seus encontros. Cada encontro fortalece em nós a importância do nosso trabalho: a qualidade do patrimônio. De modo que gostaria de que na ata desta reunião ficasse o registro da minha surpresa com a qualidade, com a beleza deste local e com a sua

utilidade. Eu queria, com a sua licença Presidente, dizer que estou inteiramente sensível e favorável a essa idéia da diversidade cultural e lingüística; isso nos enriquece. Mas eu não gostaria que nesse processo se fizesse uma crítica ao que foi um trabalho heróico de criação de uma unidade lingüística nacional. O fato de que se fale português do Amapá ao Chuí, a mesma língua, é uma vantagem incomensurável para um país. A nossa comunicabilidade, a nossa coesão, a nossa integração e harmonia derivam, em grande parte, desse grande universo lingüístico que nós compartilhamos. Então, gostaria de promover tudo isso mas não como um contraponto, sugerindo que antes se fazia o que não se devia fazer. Cada coisa teve o seu tempo. O Brasil consolidou uma unidade lingüística quando era indispensável. E agora merece procurar a diversidade quando ela é um acréscimo cultural, um acréscimo afetivo, sem sacrificar esse nosso acervo de unidade. Portanto, eu gostaria apenas que em tudo o que se fizesse, não houvesse uma crítica do passado quando o passado tinha uma lógica do seu tempo e do seu momento. Lembro o ocorrido logo depois da guerra. É difícil explicar o que foi uma guerra e que comunidades de origem de outros países eram, então, adversárias. Hoje é difícil entender. Parece cruel, mesquinho, mas naquele tempo havia uma lógica que formava tudo isso. De modo que eu gostaria apenas que em nossos registros não se fizesse uma crítica do passado no que o passado teve de admirável: nos legar uma língua que nós todos falamos, na qual nós todos, espero, nos entendemos.” O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Suzanna Sampaio para as seguintes considerações: “Eu também gostaria de começar a minha saudação agradecendo a Angela Gutierrez, esta magnífica mineira que nos recebe tão bem. É uma excelente colega, uma excelente pesquisadora, e magnífica colecionadora. Eu gostei muito da exposição da Conselheira Cecília Londres, como sempre erudita, profunda. Se não foi mais profunda, foi por falta de tempo. Gostaria de fazer um reparo. O Talian é uma língua vêneta, tornou-se um dialeto vêneta falado no Sul do Brasil, em

Bento Gonçalves, em Caxias e outros locais da serra gaúcha. Tem uma literatura e tem uma escrita, recebemos hoje professores das universidades italianas para estudar esse dialeto que aqui permaneceu e se perdeu na Itália. Em 1984, houve uma reunião do ICOMOS, órgão que represento neste Conselho, em Bento Gonçalves, e tivemos ocasião de ouvir todas as manifestações dos professores, inclusive nosso colega do Rio Grande do Sul, Júlio Posenato, professor da Universidade de Porto Alegre, e as canções. Então, queria perguntar porque o pedido de registro do Talian foi retirado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por outras instituições e pessoas vinculadas à língua Talian? Você encontra no Rio Grande do Sul, nessa região, vários automóveis e várias casas com a designação *Min son talian. Io sono italiano* seria o italiano clássico mas eles põem *Min son talian*. Então, faço esse reparo por ser uma pérola lingüística permanecida. E há outras em Santa Catarina, quando estudei os roteiros de imigração, fiquei admirada com os dialetos falados na Pomerânia, que permaneciam em Pomerode. E depois o dialeto ucraniano, os diversos dialetos falados na região, inclusive expressões açorianas típicas que permanecem no Brasil. Então, este estudo de diversidade lingüística, mantendo a nossa grande unidade que nos faz, do Oiapoque ao Chuí, unos e inteiramente compreensíveis uns aos outros, muito raro no mundo hoje, nos leva ao reconhecimento desses que permanecem e que são estudados com interesse pelas universidades estrangeiras e locais, hoje. Obrigada.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Paulo Ormino para as seguintes considerações: “Eu queria subscrever o que já foi dito aqui sobre a amabilidade da terra mineira, em particular da Conselheira Angela Gutierrez, da beleza desse museu, e do enfoque que ela dá, que me parece realmente fantástico. Mas eu queria lembrar ao Grupo, especialmente a Márcia Sant’Anna, que é baiana, alguns estudos pioneiros que foram feitos na Bahia. O professor Rossi, ainda nos anos 60, fez um *Atlas dos Falares Baianos*, um trabalho pioneiro fantástico porque descobriu algumas

comunidades na Chapada Diamantina, especialmente na localidade chamada Mato Grosso, que é uma espécie de quilombo branco, onde se falava, pelo menos até essa época, acredito que até agora pelo seu isolamento, um português extremamente arcaico, que já não existia mais em Portugal. Como outros trabalhos que vêm sendo feitos, especialmente o da professora Ieda Castro, esse mais dirigido à questão do linguajar litúrgico do candomblé, que é também um trabalho meritório. Então, várias universidades e outros grupos desenvolvem estudos muito importantes merecedores de inserção nesse inventário que é fundamental, me parece.” O Presidente agradeceu e concedeu a palavra ao Conselheiro Nestor Goulart para as seguintes observações: “Fazendo minhas também as palavras dos colegas companheiros em relação ao museu, ao trabalho da Conselheira Angela Gutierrez, gostaria de enfatizar a minha surpresa, não tanto pelo museu, mas pela qualidade da pesquisa que fundamenta o museu, que é admirável. Colecionadores há muitos. Colecionadores críticos não são tantos. Em relação à questão da diversidade lingüística, gostaria de destacar duas ou três coisas. A primeira é o cuidado que esse Grupo de Trabalho teve de enfatizar os conceitos básicos de registro dessa diversidade, enquanto pesquisa. E nenhuma ilusão em relação a tombamento ou conservação dessas manifestações culturais. Em outras oportunidades, em outras sessões, já tenho me preocupado quando tratamos de registros de bens culturais imateriais, com o risco do equívoco de se falar em tombamento do acarajé ou do queijo de Minas, de passarmos à sociedade o equívoco de que estamos tentando fixar relações sociais que jamais poderão ser fixadas. Essa minha preocupação vem em primeiro lugar na linha do Conselheiro Marcos de Azambuja, que lembra a importância de termos um país com uma única língua, nessa escala mundial de grandes territórios e grande população. É um privilégio. Posso contar a respeito a história de um colega brasileiro que foi a um bairro grego em Nova York, e o dono do restaurante, que era grego, veio conversar em português. Ele viveu no Brasil, falava português, e disse que

estava muito contente de estar nos Estados Unidos porque se estivesse no Brasil seus filhos seriam brasileiros e ali eles eram gregos. Gregos-americanos, mas gregos. E constatamos neste país, por exceção mundial, que somos brasileiros. Quem aqui vive, por pouco tempo que seja, como nas cidades medievais quando se venceu a servidão na Europa, quem vive um ano e um dia brasileiro é, porque aqui trabalha e aqui tem a sua vida cotidiana. A minha preocupação também tem relação com o que está se passando na área do patrimônio arquitetônico e urbanístico das nossas cidades. A multiplicação dos órgãos de preservação leva a algumas situações em cidades como São Paulo, em que nosso órgão é responsável por trezentos metros ao redor de cada monumento, que se chega à idéia de tombar bairros inteiros, e que se deve tombar quase toda a cidade. É um conceito absolutamente equivocado e que perde de vista que a função primordial na área da cultura é o inventário, é o estudo, é a pesquisa como aqui nós acabamos de valorizar. O tombamento, em si, não tem valor algum. O tombamento é um ato oficial declaratório. E no caso de edifícios e parte de cidades, deve ser trabalhado a partir da exceção. E a exceção só pode se estabelecer a partir do inventário, e parece que isso está sendo esquecido neste país. Partem para uma histeria culturalista de que se todas as manifestações culturais podem ter o mesmo valor social, que devemos tombar tudo e imobilizar o país. Essa preocupação nos leva a compreender que hoje, como nós estamos em um país intensamente urbanizado, os conceitos elaborados em 1937 de tombamento ponto a ponto já não se sustentam diante da magnitude dos problemas que estamos enfrentando. Então, me surpreende muito que a questão da língua se coloque como a questão das cidades. O problema metodológico é o mesmo. A ênfase é no inventário e na pesquisa, que são a base dos critérios de valor para a seleção, porque considerando que na legislação qualquer cidadão pode, a qualquer tempo, propor o tombamento de um edifício em uma cidade, nós temos preservadores culturais atuando como planejadores urbanos sem que, para isso, tenham

competência legal. Então, estou fazendo paralelo porque a questão das línguas é semelhante. Nós temos dialetos europeus ainda vivos em certas regiões do Brasil, e falares portugueses do século XVIII vivos em determinadas regiões. A Professora Gioconda Mussolini encontrou, nos anos 30, na face oceânica da ilha de São Sebastião, famílias se tratando na segunda pessoa do plural. Registrou isso em região que mal tinha contato com o mundo contemporâneo; essa deve ser a razão para que essas pessoas sejam bilíngües, e jamais para que elas deixem de se integrar em nossa sociedade. O princípio maior é o da integração na sociedade brasileira contemporânea. Isto vale para a língua e vale para o urbano. Se as nossas cidades não forem cidades do século XXI elas entrarão em decadência como, infelizmente, na minha cidade de São Paulo, já tão prejudicada por dois séculos de improvisação, estamos constatando áreas imensas entrando em decadência por falta de operacionalidade. E a essa altura, as mais belas teses da defesa do meio ambiente e da defesa cultural são manipuladas no sentido da defesa do atraso, por uma visão primária. Que alguém possa se equivocar em relação a isso, compreendo, mas que os Conselheiros, os representantes nossos no restante do país silenciem é motivo de preocupação. Então, essa é a razão pela qual gostaria de enfatizar a importância do critério central do trabalho estar centrado no inventário, na pesquisa, não na ilusão de que poderemos parar a vida social. Fora disso, acredito que não pode haver pesquisa antropológica séria, pesquisa cultural séria no país.” O Presidente agradeceu e concedeu a palavra ao Conselheiro Synésio Scofano Fernandes para as seguintes manifestações: “Quero também me associar aqui às manifestações de diversos Conselheiros com respeito ao trabalho belíssimo que vemos neste espaço, o cuidado, a limpeza, a pesquisa que foi feita para organizar esse espaço. Isso nos enche de muito orgulho de podermos estar aqui. Quero me associar também ao ponto de vista do nosso caro Conselheiro Marcos de Azambuja. Entendo que o reconhecimento da diversidade e da multidiversidade, como tão brilhantemente a Conselheira Cecília Londres

expôs aqui, como sempre, é questão fundamental até para nossa identidade, mas nunca podemos esquecer que somos a maior sociedade no mundo que fala a língua pátria. Então, a riqueza da nossa integridade, da nossa percepção cultural, da nossa união política e social reside, e muito, no fato de falarmos português. E sei que essas questões não se contrapõem. Ao contrário, elas se superpõem e se fortalecem. Mas queria trazer ao Conselho uma indagação muito prática e muito instrumental: qual é o objeto dessa questão que está sendo trazida à mesa? É o reconhecimento da diversidade cultural, é incentivar diversos procedimentos importantes como o inventário, o estudo dessas línguas. Como a questão do seu registro no patrimônio cultural imaterial será feito. Nós vamos registrar a diversidade, essa questão extremamente subjetiva do que é diverso. Realmente, pediria que me esclarecessem qual é o limite, a delimitação do objeto da nossa discussão. Isso, de nenhuma maneira vem se contrapor ao brilhantismo, à sabedoria da nossa Conselheira; essa é outra questão.” O Presidente tomou a palavra para as seguintes considerações: “Entendo que a questão colocada pelo Conselheiro Synésio Scofano Fernandes é uma questão de encaminhamento, que cabe responder. Peço à Conselheira Cecília Londres que colabore na resposta, mas considero que está sendo submetida a este Conselho a decisão sobre a abrangência da política do IPHAN, se ela incorpora essa dimensão do registro da diversidade lingüística do país.” A Conselheira Cecília Londres tomou a palavra para a seguinte complementação: “Acho que o Presidente sintetizou a questão. São dois problemas. Um é a questão que se apresenta ao Conselho, que para respondê-la o Conselheiro Synésio Scofano Fernandes está pedindo um outro esclarecimento. Quais são o objeto e o objetivo que se propõem com esta consulta. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que essa é uma demanda muito forte, embora não seja uma justificativa. É uma demanda muito forte que a Conselheira Jurema Machado, a quem dou as boas-vindas, poderá confirmar. O Conselho fica muito enriquecido com a sua contribuição. É uma

demanda internacional muito forte, muito intensa, assim como a preocupação com a questão da diversidade biológica, existe preocupação com a diversidade lingüística na medida em que consideramos as línguas como organismos vivos, como bem lembraram vários Conselheiros, e, ao mesmo tempo, repositórios de cultura, passíveis de preservação com os meios tecnológicos atualmente disponíveis. Em que medida isso será útil, no sentido mais pragmático, para o futuro, é difícil prever. Não temos a resposta mas, sem dúvida, sabemos que essa perda seria irreparável. O conhecimento transmitido por meio das línguas se perderá se não houver algum tipo de salvaguarda. Então, considero que essa preocupação sobre a diversidade cultural reflete a nossa consciência de estarmos trabalhando com um aspecto da diversidade cultural da humanidade. Inegável. No caso do Brasil, que o Conselheiro Marcos de Azambuja colocou muito bem, não se trata, absolutamente, de oposição. Nem teríamos uma visão anacrônica de querer julgar com os olhos de hoje o que aconteceu nos anos 50, mas acho que, ao olharmos para a situação patética que está ocorrendo na Bélgica, e olharmos para o Brasil, perceberemos a diferença. Na Índia, a nota de rúpia vem em treze línguas, por exemplo. A vantagem que o Brasil tem em relação a esses países, quanto à sua unidade lingüística, é absolutamente inegável e decisiva. Essa capacidade do Brasil, como foi lembrado aqui, de absorver e de abrir-se sem criar conflito, sem ocasionar uma luta de poder - imagem internacional de tolerância, de democracia - é um exemplo fantástico. Então, Conselheiro Synésio Scofano Fernandes, não temos ainda uma resposta para essa demanda. Como resolvê-la? O inventário não suscita dúvida, não se coloca a questão da seleção. Mas no caso do registro se coloca sim. E o único critério disponível, sobre o qual temos dúvidas, seria o risco de desaparecimento. Mas será esse um critério adequado para o registro de uma língua? Então, resolvemos deixar que o inventário prosseguisse visando a obtenção de elementos para posteriormente enfrentar essa questão.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra à Diretora do Departamento de Patrimônio

Imaterial, Márcia Sant'Anna, para os seguintes comentários: “Apenas para reforçar as palavras da Conselheira Cecília Londres, o Grupo foi bastante cauteloso nesse sentido, porque o patrimônio tem essa lógica seletiva, e precisa ter, faz parte da sua natureza. Se tudo é patrimônio, nada é patrimônio. Então a seleção é uma questão central. Apesar de não ter sido fácil, no final todos entenderam que essa cautela era necessária. Era preciso avançar no inventário, era preciso conhecer melhor essa realidade, essa diversidade para, a partir dela, começarmos a discussão do registro de línguas, em princípio julgado procedente pelo grupo, com a ressalva de começar pelo inventário e, em seguida, tratar do registro. O que não impede, caso o Conselho entenda, que a proposta de criação de um Livro de Registro seja acolhida. Nessa hipótese, ele não seria preenchido imediatamente, aguardaria o andamento desse inventário. É essa a idéia central.” O Presidente tomou a palavra para fazer a seguinte ponderação: “Acho um pouco difícil dissociar uma coisa da outra. Até porque poderíamos ficar na situação de aprovarmos a existência de um Livro de Registro e depois decidirmos que o nosso trabalho se restringirá ao inventário. Penso que está colocado aqui, exatamente, se a nossa política incorporará essa dimensão da diversidade lingüística por meio do inventário.” A Conselheira Maria Cecília Londres tomou a palavra para observar que essa categoria de língua inventariada foi criada para dar uma resposta anterior ao registro, no exemplo francês, que não é propriamente um estágio seletivo, mas é um gesto de reconhecimento e de documentação.” O Presidente tomou a palavra a palavra para apresentar a seguinte ponderação: “ Mas talvez não seja o caso de haver a idéia de que é anterior ao processo de registro. Porque se entendermos que a política se limita ao inventário, acho importante enfatizar que ele não antecede outros procedimentos, apenas trata de maneira diferente um objeto que é diferente.” Prosseguindo, passou a palavra ao Conselheiro Paulo Ormino para as seguintes considerações: “Acho que a questão do registro precisa ser mais discutida. Porque o registro

significa, de alguma forma, a exclusão de outros falares, de outras maneiras de expressão. Quanto ao inventário, estamos inteiramente de acordo, deve ser um inventário aberto. Agora, o registro, na medida em que legitima algumas formas de falar, está automaticamente deslegitimando outras formas. Então, é um perigo. É uma arma de dois gumes, que precisa ser avaliada corretamente. Como na prática isso não terá nenhum efeito, porque as pessoas continuarão a falar como desejam, e não se pode impedir a evolução da fala, não tem muito sentido fazer o registro. Passa a ser um ato puramente laudatório, sem nenhum efeito prático. Acho perfeito o estudo e a inventariação da língua. Agora, quanto ao registro, tenho dúvida.”

O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Marcos de Azambuja para as seguintes considerações: “Presidente, no meu entendimento, o registro é aberto, no sentido de que não é uma versão definitiva. Ele não exclui que, futuramente, um saber maior, um conhecer mais, possa trazer novos ingredientes ao registro, novos padrões. A minha idéia é que o registro não é uma obra acabada e final, que impeça a descoberta, a revelação, o estado da arte nos sugira novos fatores para serem incluídos. A idéia é de um registro que contenha em algum momento a indicação de que ele não é uma visão final, definitiva e acabada, mas apenas trabalho em progresso. Até esse momento, isto é o que pareceu merecer. Depois, outros se incorporam à medida em que sejam identificados. Não haveria esse argumento de exclusão e quem está fora, está fora. Não. O que for sendo descoberto e for relevante será incorporado.”

O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Jurema Machado para as seguintes considerações: “Agradeço a oportunidade de poder contribuir de alguma forma com o trabalho do Conselho, com enorme respeito e expectativa pessoal de convivência, de proximidade, e de aprendizado nas discussões tão relevantes que são aqui conduzidas. Agradeço também à Conselheira Angela Gutierrez, só que, no meu caso, o papel se inverte porque compartilhamos um pouco do orgulho de mostrar. Tive o prazer de apresentar o

museu, ainda que precariamente, ao Conselheiro Azambuja, e estar do lado de cá de alguma forma, pelo fato de ter acompanhado o desenvolvimento desse projeto; é um prazer muito grande. Eu queria fazer um comentário rápido a respeito da discussão. Porque acho que já temos condição de decidir. É só lembrar que o inventário é uma forma de proteção prevista pela Constituição Federal, que traduziríamos por salvaguarda, em se tratando de bens imateriais. Então, acho que já estaremos trabalhando na proteção quando estivermos fazendo o inventário. E o outro aspecto que gostaria de ressaltar é que não devemos impedir a realização do inventário por estarmos diante de línguas que têm um falante, dois falantes, situações extremamente frágeis. Se temos os meios para fazer, se temos adesão e vontade do lado do governo e dos falantes, acho que é inexplicável nos recusarmos. Considero o inventário uma fase do processo de proteção para que outras formas venham a acontecer ao longo do tempo, de acordo com a evolução do trabalho. Mas, no momento, julgo o inventário um trabalho inarredável, do qual não podemos nos furtar.” O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Nestor Goulart para as seguintes ponderações: “Eu não entendi a expressão do Presidente sobre a natureza do que nós estamos votando, vou explicar. Se nós estamos votando que se faça um inventário, estou inteiramente de acordo. Entretanto, em relação ao que foi debatido sobre o registro, fico com uma dúvida um pouco maior. Acho que confere direito sim. Em certas regiões, as famílias solicitam que os filhos sejam alfabetizados também na língua materna. Eu queria entender se o registro é puramente cultural ou se o amanhã poderia tornar-se instrumento para fundamentar o reconhecimento de uma língua oficial no Brasil, ainda que secundária, ou o contrário. Em sessão anterior eu havia defendido medida adotada no Paraná, e me informaram que também em Santa Catarina, de que os habitantes das regiões, além do português, tivessem instrução nas línguas das suas famílias, porque enriqueceria o país ter grupos bilíngües. Então, isto foi estabelecido nas Constituições do

Paraná e de Santa Catarina, que os filhos de u cranianos poderiam ser alfabetizados em escolas bilíngües. Considero essa medida prática, extremamente positiva, e independe da visão de unidade nacional. Agora, se vamos registrar essas línguas, estabelecer um registro, não é verdade que não criaremos direitos. Porque se criarmos para uns, teremos que criar para outros. A complicação poderá ser imensa. Se for um registro cultural, eu assino embaixo, imediatamente. Fazermos um inventário, e mais que um inventário, fazermos as pesquisas e os registros, estou de acordo. Agora, o registro em livro possibilitará o que está ocorrendo na questão dos quilombolas. Não há grupo de grileiros no Brasil que não esteja fazendo acordo com habitantes de origem africana de certas regiões para inventar quilombos em propriedades antigas e fazer acordos, vêm sendo feitos há quinhentos anos neste país em todas as terras, inclusive, hoje, na Amazônia. Poucas pessoas sabem, mas em nosso laboratório estamos publicando um livro que comprova a grilagem de praticamente todas as terras do Município de São Paulo, feita depois de 1850 pelas famílias oligárquicas. Todas eram terras do Estado. Então, se vamos criar grupos sociais ou línguas que gerem direitos eu gostaria de ser informado previamente. Porque estou aqui apoiando sinceramente todos os esforços no plano da cultura, mas se disso decorrerem mudanças no plano institucional, creio que deve ser informado à Casa. Não acredito que seja simplesmente um ato cultural. Penso que o Grupo de Trabalho está pensando no plano da cultura. Então, criamos o livro, vamos inscrever essas línguas, e quais serão os critérios de seleção?” O Presidente tomou a palavra para esclarecer que a proposta em questão, elaborada por um Grupo de Trabalho e trazida para ser discutida no Conselho, não é, portanto, proposta do IPHAN. Observou que, do ponto de vista do direito, o exercício da diversidade lingüística está garantido pela Constituição Federal. Quanto ao questionamento do Conselheiro Nestor Goulart sobre a garantia do ensino público, a Conselheira Maria Cecília Londres afirmou que esse direito é assegurado aos grupos indígenas.

O Presidente retomou a palavra para fazer as seguintes considerações: “A minha colocação aqui decorreu do entendimento de que havia maturidade suficiente. Percebi a existência de um certo consenso com relação à realização do trabalho de inventariar as línguas; senti também que não havia maturidade suficiente para se decidir sobre a criação, ou não, de um Livro de Registro. Foi assim que me coloquei. Acho que deveríamos trabalhar visando desenvolver uma política necessária tanto pela demanda quanto pelo reconhecimento da diversidade cultural que, entendemos, existe no país. Mas penso também, a Conselheira Cecília Londres deixou muito claro, que o Grupo considerou a inexistência de metodologia para dar o salto para o registro, protelado até haver uma eventual proposta, ou não. Esse é o meu entendimento.”

Prosseguindo, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Luis Phelipe Andrès para as seguintes considerações: “Eu também queria me irmanar aos demais Conselheiros no que se refere aos agradecimentos gerais que foram feitos à Conselheira Angela Gutierrez pela acolhida, pela imensa dimensão dessa casa que nos recebe, me irmanar também nas boas-vindas expressas em relação a nossa nova colega Jurema Machado, que tem uma grande contribuição para dar. Agradeço ainda por ter sido reconduzido a este Conselho, porque só posso agradecer. Desde que aqui entrei, acho eu, muito mais que contribuído, só tenho me beneficiado de tantos ensinamentos que cada sessão dessas nos propicia. Sou extremamente a favor dessa proposição que foi brilhantemente descrita pela Conselheira Relatora, Cecília Londres. Acho que nós, e é por isso que agradeço imensamente por ter a oportunidade de continuar, estamos vivendo uma mudança muito grande em que o conceito de patrimônio se amplia cada vez mais e acentuadamente no rumo de uma diversidade que nos assustar, diante da dimensão do que se apresenta a nós em cada uma das sessões, em que novas fronteiras da diversidade cultural se descortinam para nós como desafios imprevistos. E, às vezes, o nosso receio é de fazer frente a essas fronteiras. Ficou bem claro no Decreto nº 3551/00, que

instituiu o tratamento do patrimônio intangível e imaterial, ficou muito claro nos primeiros momentos com a definição dos quatro livros. Mas imediatamente vem a questão que está nos propiciando uma ampliação cada vez maior do conceito do que é patrimônio cultural e surge com muita força, como poderão surgir outras; acho que não devemos temer esse desafio. Se for preciso devemos criar novos e novos grupos, incorporar novos e novos profissionais para enfrentar essa grande e reveladora transformação que estamos vivendo da percepção cada vez maior de quanto somos ricos em cultura. Quando tratamos uma questão como essa, não precisamos ser conclusivos nem apressados. O amadurecimento da questão nos dirá claramente, em futuro breve, se é o caso de registrar ou não registrar. Mas jamais nos arreponderemos de nos dedicarmos ao estudo, à investigação dessas questões. Percebo que nos assusta o fato do patrimônio cultural, que antes parecia fora de nós, vem passando cada vez mais para dentro de nós. Estamos incorporando, cada vez mais, uma questão da qual pensávamos ser expectadores, estudiosos, cientistas, examinando através de microscópio, mas estamos nos surpreendendo porque sentimos que o patrimônio cultural não está fora, está dentro de nós. Então, não devemos hesitar. Quando surge uma questão como essa, por mais polêmica, por mais duvidosa que seja, o IPHAN e todos os órgãos envolvidos nesses procedimentos devem buscar recursos humanos, ampliar as pesquisas, ampliar, se possível, o número de profissionais envolvidos para que não recusemos esse desafio que se abre à nossa frente: o aumento da percepção da nossa diversidade cultural.” O Presidente, após agradecer, passou a palavra ao arquiteto Leonardo Barci Castriota, representante do IAB como suplente do Conselheiro Liberal de Castro, para as considerações transcritas a seguir: “Boa tarde a todos. Inicialmente, gostaria de dizer da minha satisfação de participar dessa reunião. Quero agradecer ao Conselheiro Liberal de Castro pela gentileza de me permitir participar desta reunião em que vem à tona, entre outras questões tão interessantes, a proposta de registro do

Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas Regiões do Serro, da Serra da Canastra e do Salitre/Alto Paranaíba, em Minas Gerais. Gostaria de expressar, como mineiro, a satisfação de estar sendo tão bem recebido aqui nesse museu, que nos orgulha como mineiros e como brasileiros, e também cumprimentar a Conselheira Angela Gutierrez pelo trabalho realizado. Queria fazer uma pequena contribuição a respeito da questão da diversidade lingüística do Brasil. Foi um relatório muito bem feito pela Conselheira Maria Cecília Londres. Um trabalho de fôlego, um trabalho muito interessante que coloca uma questão muito complicada de uma forma adequada. Na verdade, quando lidamos com a língua, estamos lidando com a dimensão fundante da cultura. Daí talvez a dificuldade de tomarmos a língua como um tipo de patrimônio, como os demais. Fico pensando nas palavras de Santo Agostinho sobre o tempo, ao se referir à dificuldade de falar do tempo, exatamente porque é uma dimensão absolutamente fundante. Sabemos disso. Toda a filosofia do século vinte se debruçou sobre essa questão da língua como fundamento da nossa maneira de ver o mundo. É o que está muito bem expresso aqui. Então, nesse sentido, acho que a cautela do grupo é muito sábia na medida em que aponta para a questão do inventário, que me parece o instrumento perfeito para isso, e não avançou no sentido do acautelamento. Fico pensando, e o relatório sugere isso também, que talvez devêssemos, futuramente, quando a questão estiver mais amadurecida, já com o resultado empírico desse inventário e com as discussões metodológicas que certamente provocará, talvez possamos avançar para algumas outras formas de acautelamento das línguas, mais adequadas que o registro. Quando o relatório aponta para a questão do patrimônio em perigo, das línguas em perigo de desaparecimento, lembro um caso que acompanhei nos anos 80, do desaparecimento de alguns dialetos réticos, nos Alpes. Como sabem, na Suíça, a pequena língua reto-romana é falada por dez mil pessoas, que estão fazendo um grande esforço para mantê-la. Então acredito que possamos pensar, posteriormente, na

organização de um dicionário para essas línguas em perigo de desaparecimento. Obrigado.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses para os seguintes comentários: “Vou deixar para depois o que tenho a dizer à Conselheira Angela Gutierrez, quando apresentar meu relatório sobre a **Casa de Chico Mendes**. Acho que o essencial já foi dito pelos colegas. Tenho a impressão de que a proposta que a Conselheira Cecília Londres apresentou está muito sensata e pertinente. Gostaria de fazer apenas comentários puramente marginais. Em primeiro lugar, parece evidente que o inventário é ponto pacífico. E sobretudo, nessa ótica de tratar diversidade cultural como riqueza, a diversidade cultural só é riqueza se ela dialogar. Então, nessa perspectiva de uma unidade com a qual essa diversidade dialoga, considero que o inventário deve ser desenvolvido e será extremamente importante. O registro é uma outra questão, e levanta uma série de dúvidas. É efetivamente problemático porque seus efeitos, e não são só da perspectiva jurídica, como apresentou o Conselheiro Nestor Goulart. Cria também uma série de condições e podem surgir reivindicações posteriores, às vezes difíceis de serem resolvidas. Com relação ao registro há um problema suplementar ligado ao livro. Sempre pensei que se deveria pensar no Livro do Patrimônio Lingüístico. Os fenômenos lingüísticos são fenômenos intrínsecos da cultura. Não é possível que estejam fora do universo que é o nosso e, até agora, não mereceram nenhuma atenção. Penso num aspecto simples, apenas porque é exemplar: o problema da toponímia e da nomenclatura institucional oficial. Para resumir, apenas como exemplo cito dois casos, em São Paulo, que me parecem absolutamente típicos para evidenciar essa falta de percepção do conteúdo cultural do fenômeno lingüístico. O Arquivo do Estado, um dos mais antigos do país, foi criado no século XVIII ainda. Chamou-se sempre Arquivo, era Arquivo da Província e depois do Estado, e ponto final. Quando se deslocou fisicamente para a zona norte de São Paulo, Santana, recebeu o nome de um vereador dessa zona e, passou a se chamar Arquivo do

Estado Vereador Fulano de Tal. Isso não tem sentido. Acho que é um crime contra a cultura. E, mais recentemente, o Túnel 09 de julho, que não é assim tão antigo porque a revolução é de 32, mas é um túnel que já tem, no mínimo, setenta e tantos anos, recebeu o nome de um médico que havia feito uma série de serviços para o poder do momento. Então passou a se chamar túnel doutor fulano de tal. Ninguém usa essa denominação, continuam a usar o nome anterior. Aponto aqui um tipo de fenômeno que faz parte sim da nossa problemática e deve ser contemplado. Acho que o registro de bens imateriais se prestaria para isso. Não é preciso a criação de instituto novo.” Prosseguindo, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Roque Laraia para as seguintes considerações: “Em primeiro lugar, queria, como todos os outros, agradecer a magnífica acolhida que o Conselho está recebendo e, repetindo o Conselheiro Leonardo Castriota, como mineiro e como brasileiro, estou muito orgulhoso de possuímos um museu dessa qualidade. Sempre achei que o Museu de Artes e Ofícios, em Paris, que visitei pela primeira vez em 75, era o máximo que poderia imaginar. Em 2004, ao revê-lo, cheguei à conclusão de que aquele museu estava decadente e não havia atualizado as suas metodologias expositivas, o que foi feito com grande sucesso aqui em Belo Horizonte. Estou muito orgulhoso de ter visitado este museu. Mas gostaria de fazer um comentário ao tema que está sendo discutido, sobre o qual muitos já falaram. Considero de interesse que se faça uma experiência. Na proposta foi sugerida para o desenvolvimento da metodologia uma série de estudos, ou seja, um exercício para saber até onde se pode levar o inventário de uma língua. Eu tenho minhas dúvidas. Não sei como se pode fazer um inventário de uma língua que é dinâmica, que está sempre mudando, porque correremos o risco de querer cristalizar alguma coisa. E tenho ainda outra dúvida. Quando o Conselheiro Leonardo Castriota falou de uma população pequena nos Alpes, de dez mil pessoas, as populações pequenas que nós temos aqui são de dez, vinte pessoas. E, como antropólogo, sei que do ponto de vista cultural é impossível

tentar reconstruir uma cultura a partir de um grupo muito pequeno. Darei um exemplo concreto. O grande Capistrano de Abreu tentou estudar a cultura Caxinaua a partir de dois informantes, que ele levou para o Rio de Janeiro. Foi um desastre total. Recentemente participei de uma banca para a qual uma aluna da Universidade de Brasília, cem anos depois, apresentou um estudo magnífico sobre os Caxinaua, no qual mostrou uma cultura rica e atuante. Mas ela fez esse estudo entrevistando e observando todos os Caxinaua que estão vivos, que estão lá. Então, é muito difícil tentar reconstruir uma língua a partir de duas ou três pessoas, como uma cultura. Mas acho que vale a pena tentar, acho que a proposta foi exatamente fazer o exercício de inventário para saber até onde podemos pensar efetivamente no registro. Logo que começamos essa discussão, faço parte da Câmara do Patrimônio Imaterial, opinei que nunca devemos correr o risco de, algum dia, tentar fazer o registro cultural da língua brasileira, porque seria extremamente redundante considerar a língua brasileira como patrimônio cultural brasileiro, porque a língua é a própria cultura, é a expressão máxima da cultura. Não existe cultura sem língua.” O Presidente agradeceu e teceu os seguintes comentários: “Entendo que há unanimidade no sentido de se criar uma política da Instituição com relação ao reconhecimento da **Diversidade Lingüística do Brasil** e isso se expressar, neste momento, por meio das ações de inventário. Quando tivermos maturidade sobre a criação de um livro de registro, a proposta naturalmente virá ao Conselho. Mas penso que, independente dessa questão, os resultados dos cinco inventários básicos, que pretendemos fazer, devem ser apresentados ao Conselho. Considero o fato de ser um campo novo, que está se abrindo, merecedor de reflexão. Então, se houver o acordo dos Conselheiros, proponho esse encaminhamento. Todos estão de acordo? Perfeito. Quero anunciar a presença do nosso amigo, prefeito da Cidade do Serro, primeira cidade a ter o seu tombamento registrado nos Livros de Tombo do IPHAN.” Prossequindo, o Presidente obteve concordância dos

Conselheiros para fazer uma inversão na pauta a fim de tratar da proposta de registro do **Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas Regiões do Serro, da Serra da Canastra e do Salitre/Alto Paranaíba**, Estado de Minas Gerais e da sua inscrição no Livro dos Saberes, como “Patrimônio Cultural do Brasil”, a que se refere o Processo nº 01450.012192/2006-65. Solicitou a projeção de um audiovisual antes da apresentação após o qual concedeu a palavra à Conselheira Angela Gutierrez para a apresentação do seu parecer, transcrito a seguir: “**Considerações iniciais.** Em 2001 foi encaminhado pelo então Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais e Conselheiro do IPHAN, Sr. Angelo Oswaldo de Araújo Santos, solicitação de registro no IPHAN do Queijo do Serro, devidamente acompanhada de relatório elaborado por Maria Coeli Simões Pires, da Associação dos Amigos do Serro. Particularidades envolvem o processo de registro do queijo, destacando-se a paralisação da tramitação ocorrida em 2002 e a retomada em 2005, quando foi criado o Departamento do Patrimônio Imaterial; e a decisão de registrar não apenas o queijo do Serro, como apresentado inicialmente, mas o modo tradicional de fazer os queijos artesanais de Minas Gerais, englobando as regiões do Serro, da Serra da Canastra e da Serra do Salitre/Alto Paranaíba. Essa decisão foi ao encontro dos argumentos do Prof. José Newton Coelho Meneses, responsável pela elaboração da instrução do processo, supervisionado pelo IPHAN. Considero esta ampliação legítima e fundamental. O queijo, este produto de origem milenar que os exploradores do ouro trouxeram para Minas, é hoje uma das maiores expressões da chamada mineiridade. Seja como alimento ou como manifestação cultural, está presente no cotidiano e no imaginário de todos os mineiros. Quando quer diferenciar uma coisa da outra, o mineiro diz “pão, pão; queijo, queijo”. Ou, na sua reconhecida sagacidade, ressalta as oportunidades, argumentando que se está “com a faca e o queijo na mão”. Principalmente no interior, o queijo de Minas é símbolo de hospitalidade, de mesa farta e de esmero na culinária

artesanal. É o melhor acompanhamento para os doces e as compotas e o ingrediente insubstituível do delicioso pão de queijo e de várias receitas de broas, bolos e biscoitos. No perfeito casamento com a goiabada, forma a dupla “Romeu e Julieta”; com a banana, é o “mineiro com bota” e com o tradicional cafezinho, um hábito que atravessa gerações. Pedro Nava, nosso grande memorialista, lembra em um de seus livros o café da manhã no interior "com queijo-de-minas para picar e deixar amolecendo dentro do café fervente”. Quem percorre as estradas de Minas não deixa de incorporar à bagagem um autêntico queijo mineiro, seja para presentear um amigo, seja para continuar saboreando em casa um dos grandes prazeres da viagem. E assim sua fama tem atravessado fronteiras não só como iguaria na sua forma original ou como ingrediente da renomada cozinha mineira, mas também como um toque regional nas fusões e releituras que caracterizam a gastronomia contemporânea. Assim como “Minas é várias”, no dizer incomparável de Guimarães Rosa, também os queijos são muitos. Existem diferenças entre os queijos produzidos no Serro, na Serra da Canastra ou na Serra do Salitre, o que revela a diversidade de um produto que incorpora as particularidades de cada local, mas que compartilha com os diversos tipos uma técnica secular, herdada de Portugal no período colonial. Reivindicações surgiram especialmente por parte da Associação dos Amigos do Serro, proponente inicial do processo de registro, com relação à ampliação das regiões produtoras do queijo, quando da publicação, em novembro de 2006, no Diário Oficial da União, da “Comunicação para efeito de registro do bem cultural de natureza imaterial denominado ‘Queijos Artesanais de Minas’, do Estado de Minas Gerais, como patrimônio cultural brasileiro”. Com o entendimento da Câmara do Patrimônio Imaterial e parecer jurídico da Procuradoria-Geral Federal, o objeto do registro passou a ser “O modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro, da Serra da Canastra e da Serra do Salitre/Alto Paranaíba”, conforme minuta publicada em abril de 2007, no Diário Oficial da União. Isto

posto, segue o parecer. **Relato do parecer.** *“Os modos de fazer e as técnicas e tecnologias que envolvem o processo produtivo dos alimentos, a partir do mundo natural distinguem identidades e formatam patrimônios regionais e grupais. Essa é uma questão essencial: não dissociar o alimento do homem que o produz, o consome e o transforma, dando significados especiais ao seu fazer”.* José Newton Coelho Meneses - Doutor em História e Professor Adjunto da UFMG. Passo agora a destacar os principais pontos do alentado e minucioso trabalho realizado pela equipe de pesquisadores liderada pelo professor José Newton Coelho Meneses, que instrui os autos do processo que me coube examinar. “Modos de fazer tradicionais sinalizam ao homem moderno sentimentos de orgulho pelos saberes construídos em seu passado”. O Queijo Artesanal de Minas, objeto deste parecer, representa uma tradição persistente e em dinâmica transformação que tem relação estreita com Portugal, especialmente com a região da Serra da Estrela. Esta serra, região central de Portugal, apresenta significativa similaridade de características geográficas, clima, relevo e vegetação com as Serras da Canastra, Salitre e Espinhaço. O homem das gerais, como o da Serra da Estrela, precisou adaptar-se ao micro-clima bastante peculiar dessas regiões que estão a aproximadamente 1.200 metros de altitude, e abrigam nascentes de rios, como o São Francisco, Jequitinhonha e Paranaíba, em Minas Gerais. Estas características, por sua vez, envolvendo altitude, tipo de solo, forragens naturais, garantem as especificidades deste tipo de “Queijo Artesanal de Minas Gerais”. O desenvolvimento da pecuária na região mineradora e a produção do queijo artesanal associam-se à chegada dos portugueses a Minas Gerais e à descoberta do ouro e das pedras. Ao se embrenharem pelos grotões mineiros à cata das pepitas reluzentes, os colonizadores não só abriram frestas e rasgos em nossa geografia como também inseriram novos hábitos, costumes e modos de ser. Assim se molda a cultura de um povo, no confronto direto com o ambiente e os agentes transformadores. Assim é a história da cultura do queijo em Minas. Produzido a partir do leite cru, do coalho e do pingo, segundo tradição

secular trazida pelos portugueses, o Queijo Artesanal de Minas Gerais tem sua fatura atestada por documentos que datam do início do século XVIII. Um deles, datado de 1772, reflete a preocupação do Conde de Valadares com a possibilidade do uso dos queijos para transporte ilegal de ouro e diamante, exigindo, portanto, que fossem furados pelos agentes da coroa quando passassem pelos postos de fiscalização. Os queijos eram vendidos por tropeiros e o transporte exigia um produto bem “curado”, que não desmanchasse ao longo da viagem. A fatura do queijo artesanal prosperou e chegou ao século XIX atestada também por documentos e relatos de viajantes europeus. Percebe-se aqui um processo de continuidade histórica. Saint'Hilaire em 1817 escreveu sobre a região de Minas Novas, em Minas Gerais: “Enquanto que nas florestas que se estendem do Rio de Janeiro à Barbacena não se obtém das vacas se não um leite quase insípido, o de Alto dos Bois poderia rivalizar com o melhor da Europa e os queijos desse mesmo lugar são igualmente de gosto muito agradável. Sente-se que as ervas aquosas da floresta não podem tornar o leite tão cremoso como as plantas e as gramíneas de consistência seca que cobrem as colinas de Minas Novas”. Guardando sua diversidade a partir do contexto natural em que são produzidos, os queijos artesanais das serras da Canastra, do Salitre e do Espinhaço seguem o mesmo processo de fatura: 1- Ordenha; 2- Adição do coalho; 3- Adição do pingo; 4- Tempo de coagulação; 5- Corte da massa e mexedura; 6- Dessoragem, prensagem manual e enformação; 7- Viragem e salga; 8- Segunda salga, maturação e acabamento. É importante salientar que às especificidades naturais já citadas juntam-se a forma de “viver” e “saber” este ofício. Passado de pai para filho, de geração a geração, este conhecimento garantiu ao longo dos séculos a sustentabilidade das famílias, assim como representa também ajuda imprescindível à economia familiar. Ofício diário, só não é exercido na Sexta-feira Santa quando as tradições mineiras mandam que o leite seja doado e nunca usado para comercialização. Nas regiões da Canastra e Alto Paranaíba é um ofício

feminino em que a prensagem é feita com “pano de algodão”, produzindo um queijo com menos umidade. A fatura masculina predominante na região do Serro determina a prensagem feita com as mãos. Ali o queijo mais apreciado é o “verde”, com menos tempo de cura. O queijo “merendeiro” de pequeno porte e consistência mais firme, feito com as sobras da massa, atravessou séculos servindo de alimento aos que trabalhavam na lida da terra. Meia-cura, coalho ou curado, o Queijo Artesanal de Minas Gerais é um alimento vivo, elaborado a partir do leite cru e em processo constante de transformação e maturação, “passando por um processo vivo de reprodução bacteriana saudável”. Essa condição natural do queijo de Minas, por um lado, o diferencia, por outro, o ameaça, criando um paradoxo entre a realidade artesanal e a legalidade industrial. Como alternativas às leis higiênico-sanitárias que têm combatido o uso de matérias-primas como o leite cru, surgem mecanismos de sistematização e controle desta prática. A ação das associações de produtores do queijo artesanal confirma o interesse e a pró-atividade da sociedade civil na preservação do modo de fazer tradicional. A criação dessas associações e cooperativas defensoras da manutenção da tradição tem resultado no surgimento de técnicas e padrões de qualidade que garantem a segurança alimentar e formas de produção higiênicas. Assegurando processos de produção adequados e representando o interesse coletivo das regiões do Serro, Canastra e Salitre, os produtores se adaptam aos novos tempos sem perder as características da tradição, utilizando matérias-primas locais e adotando os mesmos procedimentos de trabalho registrados há séculos. A ação dos produtores vem assim somar-se à iniciativa pioneira da Associação dos Amigos do Serro - AASER - que motivou o registro deste produto e à atuação do poder público na busca pela preservação da tradição. Neste aspecto convém destacar a lei nº 14.185, sancionada em janeiro de 2002, pelo então governador Itamar Franco, que dispõe sobre o processo de produção do queijo minas artesanal. A essa lei foram acrescentados regulamento e portarias complementares que definem

normas sobre o processo de produção de queijo minas artesanal e manipulação do rebanho. Posteriormente o governador Aécio Neves, por meio da lei nº 14.987, de 14/01/2004, reabriu o processo de cadastramento de produtores do queijo Minas permitindo assim que outros produtores pudessem se cadastrar no Instituto Mineiro de Agropecuária, para dar continuidade à sua produção seguindo requisitos básicos definidos em lei. Outra iniciativa que vem fortalecer e legitimar a criação de legislação aderida à vocação, aos costumes e aos interesses dos produtores rurais do Estado foi o registro, em 2002, no Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, do modo de fazer do queijo do Serro como patrimônio imaterial de Minas Gerais. As políticas que visam garantir a sustentabilidade do Queijo Artesanal de Minas Gerais devem ter como ponto de reflexão a realidade da cultura rural, sua complexidade e sua riqueza. É preciso entender que o crescimento econômico e as regras de mercado neste caso merecem um tratamento diferenciado. E são justamente as demandas da vigilância sanitária que têm mobilizado os produtores no sentido de “conservar a tradição e fazer história”. Procurando atender às exigências e se manter no mercado, eles procuram mostrar que mais que um laticínio, o Queijo Artesanal de Minas Gerais é herança cultural importante. Representa a diversidade natural e cultural de nosso Estado, é produto de relevância na formação de nossa sociedade e de nossa identidade. Novos desafios surgem diante da necessidade de manter e preservar essa importante tradição. Dentre outros pontos, destaco a importância de: . Reforçar a imagem do produto com ênfase em seu potencial de afirmação de identidades regionais; . Fomentar a participação dos produtores nas boas práticas da fabricação do Queijo Artesanal de Minas Gerais; . Trabalhar pela criação de legislação referente à denominação de origem controlada; . Promover a formação de pessoal visando, por meio da educação patrimonial, a manutenção deste modo tradicional de fazer. . Estabelecer planos de salvaguarda que garantam sua permanência dinâmica em contraponto com as

pressões do mercado. O registro do Queijo Artesanal de Minas Gerais representa, sem dúvida, marco importante para a conquista desses objetivos e a garantia de sustentabilidade desse produto tão emblemático da identidade mineira como o são as montanhas, a habilidade política e o espírito libertário. Em torno do Queijo Artesanal de Minas Gerais se desenvolveram hábitos, costumes, manifestações culturais e relações sócio-econômicas. É uma insuperável arte do “saber fazer” do homem simples do interior, uma das melhores expressões da alma mineira. Por mais que se avance na modernidade e que se aprimorem a tecnologia e os equipamentos, o modo artesanal de fazer o queijo será sempre uma forte referência da melhor tradição mineira. Tradição secular que está no cotidiano do trabalhador das fazendas, aquele que adentra os currais nas madrugadas frias para da ordenha extrair o precioso líquido que outras mãos irão transformar. Tradição que está no gestual próprio dos queijeiros, homens ou mulheres, e nos utensílios de grande plasticidade que evocam também o cenário das belíssimas cozinhas mineiras com seu mobiliário rústico e seu rico inventário de cheiros e sabores. Tradição que está no hábito da prosa sem pressa ao redor da mesa, com o queijo no prato, circulando entre os comensais junto com o bule de café. Esse precioso legado tem imenso valor na diversidade cultural brasileira, com uma identidade consolidada que se fortalecerá com o reconhecimento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Sob o manto dessa proteção, ampliam-se as possibilidades de pesquisa dos rituais, modos e tradições que gravitam em torno deste que é um dos mais originais e saborosos produtos de Minas Gerais. O estudo aprofundado desses temas é capaz de iluminar muitos dos elementos constitutivos da nação brasileira, seu comportamento ao longo dos séculos e seu papel na formação da sociedade contemporânea. Por tudo isso, sou favorável ao registro do modo artesanal de fazer queijo de Minas nas regiões do Serro, da Serra da Castra e da Serra do Salitre/ Alto Paranaíba, como Patrimônio Imaterial Brasileiro, nos termos do decreto

3.551/2000, e posterior inscrição no Livro de Registro dos Saberes. Belo Horizonte, 15 de maio de 2008. Angela Gutierrez. Conselheira do Conselho Consultivo do IPHAN.” O Presidente agradeceu à Conselheira e passou a palavra ao Conselheiro Breno Neves para a seguinte manifestação: “Senhor Presidente, neste momento me sinto altamente orgulhoso da minha mineiridade, de ter nascido nessas terras. Quero cumprimentar a Conselheira Angela Gutierrez pelo seu trabalho sobre o modo artesanal de fazer queijo mineiro, essa tradição de séculos, demonstrando que Minas Gerais tem a sua cultura, a sua tradição entranhadas de forma muito forte no âmago da alma dos seus filhos. A isso acrescenta-se a hospitalidade que a Conselheira nos está proporcionando neste dia, não só na sua casa como nesse museu. Parabéns ao grupo do IPHAN que trabalhou, preparando esse material e ao nosso prezado Prefeito de Ouro Preto, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, ex-Presidente do IPHAN, que em 2001 encaminhou esse pedido; só temos a dizer que Minas Gerais está orgulhosa de tudo isso, e nós também.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Marcos de Azambuja para a seguinte manifestação: “Esse é um dos momentos em que a unanimidade aflora com uma naturalidade irresistível. Tenho um amigo que ama tanto o queijo de Minas que objeta até a sua associação com a goiabada. Ele acha que a goiabada é uma facilidade que, de certa maneira, compromete a integridade do queijo, e que o nome Romeu e Julieta é apropriado, porque os dois não foram feitos para viver juntos. Ele acha que o queijo merece uma devoção exclusiva. De modo que estou aqui encantando de ver que Angela e Angelo se unem para essa iniciativa tão maravilhosa de modo que, ao pedir a palavra, realmente queria era abrir a boca para comer. A palavra, agora, é um mau substituto. Eu queria, Presidente, recomendar que essa nossa decisão fosse unânime, fosse entusiástica, e que disso brotasse mais ainda: a idéia de uma semana ou de um mês de degustação do queijo, a idéia de uma denominação de origem controlada. Vivi anos na França e sei como eles usam bem o saber

para criar uma cultura, um turismo, uma renda adicional. Isto é o começo, creio, de um processo de enobrecimento do que até agora era uma tradição rústica e rural. Portanto, estou encantado de estar presente aqui. Eu tenho como titularidade ter muitas décadas de consumo do queijo de Minas. De modo que dentro de mim residem, não diria toneladas, mas centenas de quilos do queijo de Minas. Muito obrigado, Angela e Angelo.” O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Breno Neves para a seguinte complementação: “Só para fazer uma ressalva, ontem em outra reunião falávamos da denominação de origem, dependente do Ministério do Desenvolvimento do Comércio Exterior. No Instituto Nacional de Propriedade Industrial, dentro da Diretoria de que sou titular, estamos trabalhando, somos responsáveis pelas indicações geográficas no Brasil, já estamos tratando da denominação de origem dos queijos, existem alguns problemas técnicos que estão sendo solucionados, tenho acompanhado isso com muito cuidado e brevemente teremos a denominação de origem ou denominação de procedência, dependendo da região.” O Presidente tomou a palavra para a seguinte manifestação: “Obrigado, Conselheiro. Quero lembrar aos Senhores Conselheiros a aprovação da Convenção da Diversidade Cultural, pela UNESCO, e destacar como os nossos registros estão tateando em um processo, que é um processo de criação de instrumentos no sentido de fazer valer essa Convenção. Submeto aos Conselheiros, de acordo com a sugestão do Conselheiro Marcos de Azambuja, a aprovação por aclamação do Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas como Patrimônio Cultural do Brasil. A proposta foi acolhida com aplausos, por todos os Conselheiros ficando aprovado, por aclamação, o registro do **Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas Regiões do Serro, da Serra da Canastra e do Salitre/Alto Paranaíba**, no Estado de Minas Gerais, e sua inscrição no Livro dos Saberes como “Patrimônio Cultural do Brasil”, a que se refere o processo nº 01450.012192/2006-65. Prosseguindo, o Presidente retomou a palavra para a seguinte informação: “Senhores

Conselheiros, quero registrar a presença da Senhora Nazaré Soares, Coordenadora de Articulação de Políticas para a Amazônia, representando nessa reunião o Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Vamos tratar do próximo ponto de pauta que é a proposta de tombamento da **Casa de Chico Mendes e do seu acervo**, no Município de Xapurí, Estado do Acre, contida no Processo nº 1.549-T-07, a ser relatada pelo Conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. Quero agradecer as presenças das Senhoras Angela Maria Feitosa Mendes e Elenira Gadelina Bezerra Mendes, filhas de Chico Mendes. Começaremos com a apresentação de um audiovisual”. Concluída a projeção, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes que, antes da apresentação do seu parecer, teceu os seguintes comentários: “Eu disse que não seria exceção, que antes de começar a ler meu parecer me referiria à Conselheira Angela Gutierrez, mas estabelecendo também, de alguma forma, referência ao caso que me coube estudar, que é o tombamento da **Casa de Chico Mendes e do seu acervo**. Nesse caso, o que se devia analisar era justamente a relação existente entre uma figura, sua obra extraordinária, e a casa. E o que isso representa para a sociedade. Hoje eu disse a Conselheira Angela, na sua casa, que se a tivesse visitado antes teria sido mais fácil estabelecer essa relação entre uma figura, no caso seria a dela, a obra extraordinária que ela vem realizando, e que tem neste museu um elo fortíssimo, e a casa, que explica muita coisa. Isto é, a questão da simbiose desses três referenciais é o que está em causa, na casa de Chico Mendes. Certamente meu parecer não vai ser tão saboroso como o dela, mas o caso me parece de extrema relevância, de uma relevância maior ainda pelos tempos que estamos vivendo e suas vicissitudes. O parecer então é o seguinte. Começo com o relatório: “PROCESSO DE TOMBAMENTO No. 1.549-T – 07. ASSUNTO: Casa de Chico Mendes e seu acervo, Xapuri AC. **P A R E C E R . RELATÓRIO.** 1. A solicitação de tombamento, datada de 16 de agosto de 2006, foi encaminhada à 16a.SR (Rondônia/Acre) pela Fundação

Chico Mendes e pelo Comitê Chico Mendes. O processo de tombamento foi aberto a 6 de novembro de 2007 (fls.141). O que se propõe para tombamento é a casa situada na Rua Dr.Batista de Moraes, no. 10, em Xapuri AC , na qual morou e foi assassinado o líder incontestado dos “povos da floresta” nas décadas de 1970 e 1980. Propõe-se, igualmente, a proteção do entorno, indispensável seja em virtude da derrubada de árvores nos fundos do imóvel, atribuída à Prefeitura, seja pela invasão urbana que já começou a alterar a paisagem existente. Mais tarde (fls. 157) acrescentaram-se os pertences da casa. 2. Para a tramitação do presente processo, que transcorreu com absoluta normalidade, reporto-me ao cuidadoso Parecer do Procurador Federal Antonio Fernandes Alves Leal Neri, de fls. 147 a 172, datado de 18 de janeiro de 2008. Cumpre apenas salientar a impossibilidade, devidamente registrada, de identificar com precisão a titularidade do imóvel, existindo apenas uma declaração da Prefeitura Municipal de Xapuri, informando que o imóvel encontra-se inscrito no Setor de Cadastro em nome da Fundação Chico Mendes. Na circunstância, foi publicado no Diário Oficial da União, de 13 de fevereiro último (fls. 206), um Edital de Notificação a respeito do tombamento da casa e de seu acervo e da área de entorno, facultando a eventuais proprietários apresentarem-se para anuir ou impugnar a iniciativa. 3. A instrução do processo está completa e satisfatória. Vale distinguir os principais documentos e informações: -Parecer, rico de informação, do Arquiteto José Aguilera, do DEPAM/IPHAN (fls.17 a 53), que fornece um histórico do processo, menciona a categoria de “casas históricas” e lista aquelas já tombadas pelo IPHAN, apresenta dados históricos (com referências ao processo de ocupação da Amazônia e à formação do Estado do Acre, caracterização das comunidades indígenas e de seringueiros e sua relação com a floresta, dados biográficos e a trajetória de lutas de Chico Mendes) . A seguir, apresenta breve notícia sobre a casa e o respectivo perímetro de ambientação. O parecer conta com significativa ilustração. -Memorando do Diretor da 16a.SR,

Fernando Figali Moreira Júnior, com planta de situação, plantas da casa e seu entorno e a lista dos bens a ela pertencentes (fls.56 a 79). -*Curriculum vitae* de Chico Mendes (fls.71 a 74). - Transcrição de depoimento (importantíssimo) dado por Chico Mendes à Associação dos Geógrafos Brasileiros, na USP, em maio de 1968 (fls.75 a 90 e dvd juntado ao volume de anexos). -Coleção de fotografias de Chico Mendes em diversos momentos e situações incluindo homenagens e honrarias recebidas (também *post mortem*), imagens da casa e de seu entorno (fls. 91 a 126). -Cartas de denúncias a autoridades (fls.128 a 132). -Excertos de depoimentos no processo de julgamento dos assassinos de Chico Mendes (fls.134 a 139). - Parecer do Procurador Federal Antonio Fernando A.L.Neri (fls.147 a 172). -Resoluções apresentadas no I Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia, Brasília, 1985. -Entrevista de Chico Mendes durante o III Congresso Nacional da CUT, 1988 (fls. 177 a 191). -Matéria jornalística '18 Anos sem Chico Mendes' (fls.192 a 195). -Em volume anexo, textos de Elson Lima sobre 'Movimentos ambientalistas' (fls.1 a 9), de George Alex da Guia, sobre 'Correntes ecológicas e a construção de uma nova relação entre o homem e a natureza: Povos da floresta e Chico Mendes' (fls. 10 a 19) e abundante coleção de recortes de jornais sobre a atuação de Chico Mendes e a extraordinária repercussão de sua morte (fls. 20 a 130), além de dois dvds (contendo a citada entrevista à AGB 1988, "O sonho de Chico Mendes" e documentário da TV Acre sobre "Borracha para a vitória"). Está, pois o processo, em condições de se submeter à apreciação do Conselho Consultivo do IPHAN. **VOTO.** 4. Premissas. O art. 216 da Constituição federal estatui: "*Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira...*" A referência à Constituição de 1988 como premissa não deriva de uma retórica das origens, mas do fato de que ela introduziu, na matéria, uma inflexão de 180° que ainda não conseguimos, talvez, absorver plenamente, e menos ainda

assimilar em nossa sistemática operacional. Com efeito, como patenteia o art. 216, a Carta de 1988 deslocou do poder público para a sociedade, o papel instituinte do valor cultural. Duas são as conseqüências radicais dessa nova postura, que representa benéfico avanço conceitual (e me limitarei aqui à consideração de bens materiais, pois se trata de um pedido de tombamento): a. Agora, o poder público tem um papel declaratório no reconhecimento dos valores gerados pelos diversos grupos formadores da sociedade brasileira. Assim, o tombamento provê de proteção o que em princípio *já pertencia* ao patrimônio cultural. Por certo o tombamento tem também uma função constitutiva, mas apenas quanto ao regime jurídico, em que ele intervém -- mas não é matriz de valores e significados sociais: é nas práticas sociais que se encontra tal matriz. b. O valor cultural não é intrínseco aos bens, nem pode ser aferido tão somente por técnicos que disponham de um rol objetivo de atributos cuja presença identificaria o caráter cultural, mas depende do reconhecimento de que grupos formadores da sociedade brasileira se apropriaram culturalmente de certos bens, mobilizando-os como portadores de um potencial capaz de alimentar a memória social, a ação e a identidade. Em suma, abriu-se caminho para conceituar e operar (estado e sociedade conjugados) o campo do patrimônio como *fato social*. Cumpre assim examinar se os bens aqui propostos ao tombamento -- uma casa com seu entorno e seus pertences -- têm sido mediadores sociais de memória, identidade e ação. Esses três aspectos devem ser considerados separadamente para maior clareza, mas, sem dúvida se imbricam de forma profunda. *i) memória*. A memória social (que não se confunde com a História, processo cognitivo), não é uma simples rememoração coletiva de fatos passados, mas uma seleção das representações de fatos passados, compartilhados de maneira a estabelecer vínculos afetivos de pertencimento e solidariedade. Não se trata, para nós, de identificar um culto ao herói -- embora Chico Mendes mereça, com toda justiça, a qualificação de herói --, mas de verificar se sua figura e trajetória, suas ações, seus efeitos e seus

rumos e, sobretudo, se as transformações eventualmente produzidas na vida de uma comunidade, de um segmento social e, mais largamente, de uma sociedade (ainda que fragmentária e heterogeneamente), constituem uma referência que possa estabelecer os aludidos vínculos. A meu ver, as relações de memória que Chico Mendes tem suscitado preenchem facilmente tais requisitos. Vale a pena, brevemente, lembrar alguns dados de sua biografia. Nascido em Xapuri a 15/12/1944, Francisco Alves Mendes Filho aos 11 anos inicia seu trabalho como seringueiro, que se estenderia até 1976. Somente aos 24 anos é que se alfabetizaria, mas aos 25 já inicia a luta do resto de sua vida em prol dos seringueiros, inspirado pelo militante de esquerda Euclides Távora. A partir daí, ingressa em movimentos sindicais (ajudou a fundar a CUT e o PT), entra na política (foi vereador pelo MDB), organiza com os seringueiros e suas famílias movimentos pacíficos (os empates) para ocupação de terras ameaçadas de devastação pela derrubada crescente e irresponsável da floresta e pelo aniquilamento da atividade extrativista, combate não só a política governamental de favorecimento a empresas voltadas para o “progresso” a qualquer preço, assimétrico e concentrador, beneficiado por financiamentos e facilidades nacionais e internacionais, mas também as condições de trabalho semi-escravo ainda vigentes na Amazônia. Ao mesmo tempo, promove a reconciliação entre seringueiros, índios e colonos, por intermédio de uma grande frente, a União dos Povos da Floresta, em Brasília, em 1985, quando consegue realizar o I Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia. Desse momento em diante, sua atuação passa a ser conhecida no exterior e a ONU logo lhe confere o Prêmio Global 500, em Londres, depois de visitá-lo em Xapuri, para apurar suas denúncias. Também a Sociedade para um Mundo Melhor, em Nova Iorque, lhe concede uma medalha, no mesmo ano. Lança-se, então, numa febril atividade de viagens, entrevistas, participação em seminários, congressos, conferências em universidades e outras instituições no país. Formula projetos de educação para

os seringueiros e concebe as “reservas extrativistas”. No final de 1977 já começara a receber ameaças de morte por parte dos fazendeiros cujos interesses espúrios ele contrariava. Suas denúncias às autoridades, entre as quais as de sua morte anunciada, jamais obtiveram qualquer retorno. Em 22 de dezembro de 1988 -- há, portanto, quase duas décadas, quando mal completara 44 anos de idade, é assassinado em sua casa, o 97o. trabalhador rural, em circunstâncias semelhantes, na Amazônia. É sua morte trágica que vai, efetivamente, torná-lo conhecido em amplíssima escala nos diversos segmentos da sociedade nacional e reforçar, internacionalmente, sua aura de ícone na defesa dos extrativistas e da proteção ambiental. O que precisamos, porém, é verificar se esta figura carismática deixou marcas na memória de sua sociedade. Os indícios são numerosos: -na noite mesma de seu assassinato, cria-se o Comitê Chico Mendes, uma articulação de entidades não governamentais, sindicais e de estudantes que, entre seus vários objetivos, propõe-se colaborar na manutenção da memória de seu patrono e debater suas idéias. A Semana Chico Mendes tem sido realizada todos os anos, de 15 a 22 de dezembro; -a casa objeto do presente pedido de tombamento transformou-se num memorial, bastante visitado, hoje sede da Fundação Chico Mendes; -seu nome tem sido dado a logradouros em várias cidades, a prêmios e honrarias (como a medalha Chico Mendes do Grupo Tortura Nunca Mais), a instituições (como o Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes, do Paraná, ou o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, em que se desmembrou -- não sei se convenientemente -- o IBAMA). Em 1990 é criada a Reserva Extrativista que leva seu nome; -são incontáveis e diversificadas as homenagens que recebeu *post-mortem*; -foi tema de uma minissérie da acreana Glória Perez, apresentada pela Rede Globo em janeiro de 2007 (‘Amazônia: de Galvez a Chico Mendes’); tirando os títulos estrangeiros (um em espanhol e dois em inglês), foi objeto, entre nós, de pelo menos seis livros (autores: Márcio de Souza, Zuenir Ventura, Alex Criado,

Edilson Martins, Andrew Revkin), um deles, inclusive, dedicado à formação de um público infante-juvenil); -se os registros do Google nem sempre expressam qualidade, são, ao menos, índice de popularidade e há 1.020.000 deles relativos a Chico Mendes. Não há dúvida, portanto, que a figura de Chico Mendes tenha peso na constituição e operação da memória de parte considerável e diversificada da sociedade brasileira. *ii) Identidade.* Também não há dúvida de que essa mesma parte considerável e diversificada da sociedade brasileira consiga auto-reconhecer-se na imagem de Chico Mendes, capaz de catalisar sentimentos de resistência pacífica, mas contínua e intensa, na oposição à selvageria da predação econômica do meio ambiente e às práticas de dominação que ela implica. Inicialmente, pode-se dizer que o núcleo central dessa identidade era constituído pelas comunidades extrativistas da Amazônia e, principalmente, do Acre. Passados vinte anos da morte do líder, porém, os círculos se ampliaram, incluindo movimentos ambientalistas, movimentos religiosos, movimento sociais, movimentos políticos. “O Acre não é outro país, o Acre é Brasil”, já insistia o próprio Chico Mendes, instando a que seringueiros, índios, estudantes, intelectuais, professores, enfim, todos os segmentos da sociedade se articulassem (entrevista à AGB, a fls.88). Em suma, tendo colocado a problemática da devastação da floresta e opressão de muitas camadas de seus habitantes numa agenda nacional (e internacional), a figura de Chico Mendes pode contar entre aquelas com as quais a sociedade nacional é capaz de representar-se interna e internacionalmente. *iii) ação.* A cultura não é um espaço de simples fruição passiva de significados e valores, mas um potencial de qualificação de todos e quaisquer segmentos de nossa existência. Ela inclui, portanto, a ação como um de seus frutos mais importantes. A vida cultural é ativa. Não vivemos num mundo de puras significações transcendentais que nos monitoram, mas conservamos, reciclamos e criamos significações e valores que possam qualificar *diferencialmente* as instâncias e circunstâncias de nossa existência, para lhes dar sentido

-- e força. O que se viu acima sobre a memória e a identidade facilita a compreensão de que não foi apenas por seu ideário, mas também por sua ação para concretizar esse ideário que Chico Mendes deixou marca específica no imaginário brasileiro. Enfim, é seu modo de vida, conjugado com seu modo de luta e os efeitos capitalizáveis para efetivas mudanças que servem, em nossos dias, de parâmetro, traduzidos como idéias-força. Sem dúvida, estamos ainda muito longe de uma relação sustentável com a floresta, com a Amazônia e com o meio ambiente em geral. Mas hoje não se pode mais ignorar tais questões. Chico Mendes deu à problemática da Amazônia e à preservação do meio ambiente e dos direitos de seus mais humildes habitantes a visibilidade que muitos procuravam encobrir -- ainda que persistam as distorções fundiárias, o desmatamento continuado e com total carência de responsabilidade social, a pistolagem e os assassinatos impiedosos (haja vista o caso da Irmã Dorothy Stang, de 2005), a impunidade e o comprometimento do poder público, etc.etc. Infelizmente a atualidade do imaginário de Chico Mendes resulta de uma tremenda dificuldade do país em mudar suas estruturas viciadas. Ao mesmo tempo, porém, a imagem de Chico Mendes está associada a vários frutos de sua ação, que inspiram, por sua vez, a ação daqueles que comungam com seus ideais, fundamentados na percepção de que, quando se age com reta intenção alguma semente sempre há de brotar. Assim, as reservas extrativistas hoje são realidade: há 59 delas e 14 em desenvolvimento, com 45 novas unidades em processo de criação em várias regiões do país. No campo normativo, a ação de Chico Mendes também deixou heranças, como na Portaria INCRA No. 627 de 30/7/87 (que instituiu o modelo de ocupação dos PAE's, assentamentos extrativistas que devem respeitar a distribuição natural das espécies), ou na Lei 7.804 de 18 de julho de 1989 (que dispõe precisamente sobre as reservas extrativistas) ou ainda na Lei 11.284 de 2 de março de 2006 (que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para ação sustentável), ou em planos integrados, como o PAS (Plano da Amazônia Sustentável), que não pode correr o risco de

desfigurar-se. Para concluir, Chico Mendes transformou-se em bandeira de luta. 5. A casa, seus pertences, seu entorno. O que vem dito acima demonstra a importância da figura de Chico Mendes para a memória, a identidade e a ação dos grupos formadores da sociedade brasileira, para reproduzir os termos da Constituição de 1988. No entanto, o que ainda resta por ver é se a casa e seus pertences são também reconhecidos pela sociedade como portadores de referência para as mencionadas funções. Afinal, não se tombam processos de memória, processos identitários ou pragmáticos, mas se tombam casas e seus pertences se os diversos segmentos da sociedade brasileira nisso reconhecerem que portam valores de referência. Não basta, portanto, substituir o indispensável exame da mediação desses bens materiais na alimentação e sustento da memória, identidade e ação por uma cômoda declaração de “bens simbólicos”! Como se houvesse bens mobilizados para expressar valores que não fossem simbólicos! A natureza de um bem cultural é, essencialmente, em todos os casos, uma questão de significação, sentido, visão de mundo -- simbólica, portanto. Também me parece insuficiente considerar a valoração por simples contágio. Com efeito, a Constituição de 1988 permite ir-se além do critério de “vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil”, como consta do art. 1o. do Decreto-lei 25/1937 -- critério às vezes transformado nesse fenômeno virótico de contaminação cultural automática -- para níveis mais profundos e adequados. O Decreto-lei 25, norma fundadora, não merece derrogação, por sua solidez e consistência e impecável técnica legislativa; é necessário, porém, tomá-lo, agora, à luz das novas diretrizes introduzidas pela Constituição. Pretender-se que está em causa uma memória descarnada, etérea, sem lugar, sem balizas neste mundo concreto em que vivemos, simples fantasmagoria semiótica, flutuando num vácuo indiferente, seria dispensar o conhecimento acumulado nos últimos sessenta anos, sobre o tema, pela Psicologia Social, Antropologia, História, Estudos de cultura material (para não mencionar a neurofisiologia e as ciências da cognição). Os lugares e

as coisas, *na sua materialidade*, constituem obrigatórios gatilhos, pautas, guias, ordenadores, condensadores, legitimadores de memória. Memórias, imagens de si, projetos de ação constituem meros fatos psíquicos ou mentais engaiolados na subjetividade dos indivíduos, enquanto não se socializarem, enquanto não passarem a atuar no mundo social -- socialização, atuação no mundo social que só podem ocorrer por essa mediação do universo físico, material, sensorial. Só assim estarão presentes as condições de *partilha* de memórias, de identidades, de projetos e ações. Ora, uma casa e seu lugar podem apresentar potencial para tal mediação sensorial de idéias, significados, valores, ideologias, expectativas, representações. Acredito, aqui também, que a casa de Chico Mendes com seus pertences (plantada em Xapuri e não no panteão da memória, e plantada num lugar específico de Xapuri) contenha esse potencial. As informações de que disponho para avaliar a casa e seu entorno são aquelas fornecidas pela breve descrição e pelas fotografias do Parecer do Arquiteto Aguilera (fls.49 a 52) e demais fotografias de fls. 113 a 126 (incluem pertences). Preliminarmente, vale registrar que a casa, hoje sede da Fundação Chico Mendes, foi objeto de restauração pelo Estado do Acre e também, em 2006, de tombamento estadual. A casa se situa numa rua de terra batida, na ponta da cidade que ocupa o espaço côncavo formado por uma curva do Rio Acre, logo depois de nele desaguar o Rio Xapuri (*cf.* planta urbana de 2006 da cidade de 5.000 habitantes a fls.67), mas ela não está na beira d'água e sim a respectivamente uma e três quadras, conforme o desenho sinuoso do rio. A casa não destoa absolutamente das que lhe estão vizinhas, nem no tamanho da estrutura, configuração do lote e implantação no terreno, nem na aparência externa e material de construção - é uma como as outras. Pequena, compõe-se de uma sala, dois quartos, cozinha e corredor, que não devem ultrapassar 52,50 m². O banheiro fica em edícula externa, contando o terreno com pequenos recuos na fachada principal, nas laterais e um quintal ao fundo. Toda feita de madeira, é fruto de um processo construtivo simples, mas

eficaz e econômico, descrito a fls.42, testemunhando um saber-fazer longamente depurado pela experiência. O telhado (em ângulo acentuado) e a ausência de forro, além de propiciar melhor arejamento, de certa maneira relativizam as vedações internas; acrescentando-se que as inúmeras janelas, sem vidraças, devem ficar abertas grande parte do tempo para iluminação, pode-se dizer que é uma casa exposta, por dentro e de fora. A única decoração, além de discretas guarnições, se resume à pintura (azul turquesa para o exterior, portas e janelas, cercaduras e tabeiras em rosa, quarto do casal em azul, demais peças em bege). Para resumir, é uma casa despojada, quase monástica -- mas acolhedora e, sobretudo, digna, nessa simplicidade e justa medida das necessidades: é cômoda sem desperdício. O acervo dos pertences (fls.57 a 66, com fotografias; também aparecem nas fotografias de interiores já citadas) está em perfeita simbiose com os atributos salientados: são móveis, equipamentos e utensílios do dia a dia, incluindo uma pequena biblioteca, o conjunto expressando as condições de vida que serviram de plataforma para a luta pacífica, digna, desinteressada e sem qualquer estrelismo, movida ao longo da vida por seu morador. Por fim, a casa foi palco do assassinato que condensou e cristalizou uma trajetória inteira e a legitimou teatralmente para sempre. Por assim dizer, esse episódio sangrento tornou sensível, prolongando a mediação das demais referências acima apontadas, a imagem, o ideário e o curso das intenções e atos de Chico Mendes. Nessas condições, não é de estranhar que a casa seja foco de visitação por verdadeiros romeiros cívicos e tenha sua imagem projetada para outros e amplos setores da sociedade nacional. Cumpre, portanto, reconhecer que ela e seus pertences são portadores das referências previstas na Constituição para declaração de seu valor cultural e base para medidas de proteção pelo poder público. Quanto ao entorno, a proposta de delimitação está claramente definida (encaminhada pelo Arquiteto José Aguilera, a fls. 52, endossada pelo memorando da Gerente de Proteção Jurema Kopke Eis Arnaut a fls.145 e reproduzida afirmativamente no Parecer do

Procurador Federal Antonio Fernando Neri a fls. 171). Reconheço que a proposta me parece à primeira vista aceitável, mas faltam análise e justificativa e mesmo uma breve caracterização paisagística, para um julgamento conclusivo. 5. Conclusão. À luz do exposto, não hesito, pois, em recomendar vivamente ao Conselho Consultivo a anuência ao pedido de tombamento da casa de Chico Mendes em Xapuri e seus pertences (tais como listados de fls. 57 a 66), devendo a inscrição proceder-se no Livro do Tombo Histórico. Sou favorável, em princípio, à delimitação proposta do entorno, mas não dispus, até aqui, de elementos suficientes para avaliar a pertinência dos parâmetros sugeridos -- que poderão ser explicitados na reunião do Conselho Consultivo ou pelos órgãos pertinentes do IPHAN. Belo Horizonte, 15 de maio de 2008. ULPIANO TOLEDO BEZERRA DE MENESES. Conselheiro” O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Suzanna Sampaio para a seguinte manifestação: “Quase fico impedida de falar pela comoção porque é um acontecimento que todos nós vivemos, acompanhamos, e eu, que vivi tantos problemas políticos em minha vida, me irmano a todos os que também viveram, e à família de Chico Mendes. Gostei demais da explicação do Conselheiro Ulpiano Bezerra de Menezes. Ele é um grande historiador e um monumental escritor. Acho que neste momento, Senhor Presidente, é fundamental que se dê publicidade a este tombamento tão especial. No momento em que nossa querida Ministra do Meio Ambiente deixa o governo. Não quero entrar nas razões. Não quero analisar as suas razões e as de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República. Só lamento, e acho que os comentários da imprensa nacional destacarão neste tombamento uma agradável semelhança da nossa luta com a luta de Chico Mendes, sem dúvida nenhuma. Nós continuamos de pé com os nossos princípios, com as nossas convicções e cada vez mais fortalecidas por uma questão de justiça, e para que se faça justiça, tão parca em nosso país naquilo que se refere às classes menos favorecidas, nós possamos ser uma trincheira de guarda e de salvaguarda.” O Presidente

agradeceu e passou a palavra à Conselheira Jurema Machado para as seguintes considerações: “Afora a emoção causada pela documentação apresentada e pelo parecer do Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, queria colocar um problema mais localizado. Acho que existe um sentimento, compartilhado por todos, sobre o qual tenho mais dificuldade de falar, mas queria tocar em questão bem específica do processo de tombamento, que considero relevante pensarmos agora. Com relação à questão do entorno, o Conselheiro Relator confessa não ter elementos suficientes para discutir a delimitação. Preocupou-me especialmente o entorno, independente da delimitação, porque a casa é emblemática, entre outras coisas por ser o ‘não excepcional’. É uma casa com uma tipologia construtiva de repetição, e me pareceu, inclusive, ser idêntica à casa ao lado. Então, julgo que o tratamento do entorno, independente da sua delimitação, merecia um rigor tão grande quanto o da própria casa. O valor ali é o ‘não excepcional’. Não sei qual tem sido a diretriz dos processos de tombamento com relação a recomendações quanto ao entorno, que é uma problemática permanente, recorrente. Nesse caso específico, me pareceu ter um excepcional valor. Essa mediação sensorial referida pelo Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses perderia muito se houver transformações relevantes no entorno.” O Conselheiro Synésio Scofano Fernandes, após agradecer a hospitalidade da Conselheira Angela Gutierrez e manifestar seu voto de apoio ao parecer do Relator, pediu licença para retirar-se. Prosseguindo, o Presidente propôs aos Conselheiros a interrupção dos debates para ouvirem os esclarecimentos do arquiteto Antonio José Aguilera Montalvo, que instruiu o processo, transcritos a seguir: “O entorno foi delimitado abrangendo uma distância de aproximadamente 200 metros em torno da casa de Chico Mendes e ultrapassando o rio, incluindo um trecho da beirada do outro lado do rio. O que se considerou na delimitação do entorno foi a escala das casas e a tipologia. Então, todas elas, próximas da casa de Chico Mendes, de uma maneira ou de outra, são parentes. Um pouco mais afastadas, há casas de

alvenaria. Esse é um conjunto coeso, compacto, com uma tipologia muito próxima. O critério foi esse.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra à Conselheira Maria Cecília Londres para a seguinte manifestação: “Declaro o meu voto totalmente favorável ao brilhante parecer do Conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, que despertou minha atenção sobre as mudanças na Constituição, uma visão que foi se modificando em função dos movimentos sociais que estiveram muito presentes na Constituinte; acho que a Constituição de 88 reflete isso. Julgo esse tombamento emblemático exatamente porque traz para o nível histórico esses movimentos sociais e muito importante, muito significativo nesse momento. Não é uma figura da política, não é uma figura da história, à qual ainda não foi integrado, mas é uma figura absolutamente emblemática da luta dos movimentos sociais. Aproveito para registrar que os trabalhos da Constituinte foram realizados há 20 anos, e para lembrar os nomes de Artur da Távola, mentor da Comissão de Educação e Cultura, do Professor Florestan Fernandes, e do então Deputado Otávio Elysio Alves de Britto, muito atuante naquele movimento. Tive a oportunidade de ler todas as atas da Constituinte e de constatar a presença desses movimentos sociais nessa mudança, quase um giro, na concepção de patrimônio que passou a nos orientar. Então, acho essa reflexão muito interessante. Não é uma negação, é simplesmente uma atualização. E uma última observação me ocorreu que gostaria de lembrar. Existe um processo, Presidente, com a proposta de tombamento da casa de Plácido de Castro. Seria interessante verificarmos sua tramitação e o estado de conservação do imóvel. Considero muito significativo que em nossos tombamentos, as regiões Norte e Nordeste, Norte sobretudo, estão pouquíssimo contempladas. Plácido de Castro, já mencionado aqui, liderou um movimento de seringueiros, importante para a história do Brasil. A série ‘Amazônia’ tornou esse personagem muito mais conhecido e apropriado pela sociedade brasileira. Acho que seria interessante priorizarmos esse processo.” O Presidente tomou a palavra para concordar,

lembrando que o processo de tombamento que estavam apreciando em 2008 foi aberto em 2007, o que mostra um pouco a direção que está sendo adotada visando o reconhecimento do patrimônio da região Norte do Brasil. Em seguida, passou a palavra ao Secretário Juca Ferreira para a seguinte manifestação: “Não quero interromper esse processo de avaliação da proposta de tombamento da **Casa de Chico Mendes**, pelo contrário. Também fui tomado de muita emoção, aqui. Aliás, foi uma tarde, como diria Roberto Carlos, cheia de emoções, foram muitas as emoções. Primeiro, quando tratamos da diversidade lingüística, a importância do gesto de reconhecer que temos uma língua que nos unifica, mas temos várias outras que singularizam seguimentos de brasileiros. Queria parabenizar a Conselheira Cecília Londres pela maneira com que abordou a questão, e pela preocupação do Grupo de não ultrapassar o limite da possibilidade. Acho que, se por um lado não podemos obrigar uma língua a sobreviver, sinalizar a importância das línguas pode ajudá-las, porque a sociedade vai criando valores, estruturas de valores, e às vezes contribui para a extinção dessas línguas, dessas singularidades culturais expressadas pelas línguas. Qualquer sinalização do Estado Brasileiro de que essa diversidade é acolhida com carinho como parte do seu patrimônio pode contribuir para a sua sobrevivência. Na questão do queijo de Minas, é outro tipo de emoção, totalmente diferente. A culinária mineira em geral é muito apreciada e uma das mais ricas do Brasil. O queijo é um elemento central. Eu só achei que poderiam ampliar um pouquinho aquela parte que fala da presença do queijo na vida rural, porque o queijo de Minas já faz parte da vida urbana, de todas as grandes cidades brasileiras. Então, é a maneira de fazer uma ponte importante entre uma tradição singular, rural, ainda não devidamente valorizada. Eu me lembro de um francês, há uns anos atrás, um professor de antropologia que me afirmou serem os queijos brasileiros muito ruins, com exceção dos de Minas. A última proposta despertou-me um afeto especial pelo tratamento dado. Chico Mendes é um ícone. O momento é muito oportuno. Acho que a

Ministra saiu do governo pela dificuldade da sociedade brasileira de compatibilizar desenvolvimento com sustentabilidade. É um problema do governo, em primeiro lugar, como foi referenciado pela Conselheira, mas é um problema da nossa sociedade, eu diria da humanidade. Desenvolvimento sustentável ainda é uma utopia, um desejo. E, às vezes, mascara os procedimentos mais predatórios que conhecemos. Quantos produtos são apresentados na televisão como naturais, sustentáveis e guardam atrás de si processos extremamente predatórios sob todos os aspectos. Chico Mendes é uma sinalização muito positiva porque, como ressaltado, era uma pessoa de origem rural que teve a oportunidade de, em determinado momento, ser despertado por um nível de consciência que ele soube traduzir em tal grandeza que tornou-se um ícone não apenas para o Brasil, mas do mundo inteiro. O respeito que a humanidade tem pelo que ele significou é enorme, foi reconhecido pelo Estado Brasileiro, por intermédio do IPHAN e desse Conselho. Acho que as coincidências às vezes ajudam a sublinhar os significados que foram ressaltados aqui e o momento em que a Ministra, depois de muita batalhar, reconhece a dificuldade e sinaliza, não o abandono da luta, mas a necessidade de que a sociedade brasileira reflita; porque preservar o meio ambiente não é apenas tarefa de uma Ministra, nem de um Ministério, nem de um governo. Na verdade, tem uma proporção muito maior e talvez o tombamento da **Casa de Chico Mendes**, que é um gesto singular, nesse momento vá adquirir uma proporção que não perceberíamos. Então, queria agradecer, dizer que foi muito emocionante ter participado desta reunião. Se pudesse participaria de todas. Sempre que venho ao Conselho saio engrandecido, porque não é só o ato do tombamento, toda a estrutura argumentativa é muito sólida e pode gerar processos pedagógicos para a sociedade brasileira. Parabenizo, não só os Relatores dos processos, mas a todos porque as suas argumentações foram muito consistentes. Obrigado ao Presidente do IPHAN por ter insistido no convite, ele afirmou que certamente eu gostaria de participar desta

reunião.” O Presidente agradeceu e passou a palavra à Conselheira Suzanna Sampaio para a seguinte manifestação: “Recebi uma denúncia de que estão pretendendo construir no Centro Histórico de Petrópolis, um shopping com um grande supermercado ao lado da Catedral. Quem me escreveu foi a Senhora Mirian Born, que é presidente da AMA - Associação de Amigos de Petrópolis. E ela ficou espantada porque o IPHAN local parece ter aprovado. E é um vilipêndio, no meu entender, a nossa cidade imperial sofrer uma agressão deste nível. Eu trouxe o dossiê, peço aos Conselheiros que leiam as notícias e se manifestem, por favor. Não poderia ser lido aqui por não estar incluído na pauta, mas prometi que alertaria o Conselho sobre esse atentado ao patrimônio da nossa cidade imperial.” O Presidente tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Obrigado, Conselheira. Não sei as razões que determinaram a aprovação desse projeto pela Superintendência do IPHAN no Estado do Rio de Janeiro. Vou pedir que o Superintendente entre em contato com a Conselheira. Se a Conselheira não ficar convencida de que realmente houve motivo para essa aprovação, proponho que a questão seja trazida como recurso para ser discutida dentro do Departamento do Patrimônio Material.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Marcos de Azambuja para as seguintes considerações: “Presidente, duas observações. Estou em pleno de acordo com o tombamento da Casa. O relatório do Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses foi luminoso, uma coisa extraordinária, pela qualidade do texto e pela qualidade da apresentação oral. Ele somou convencimento ao que já era uma causa excelente. A minha dúvida, Presidente, é se essa casa, onde está e como foi construída, é suscetível de proteção, a não ser que se faça mais alguma coisa. Ela me parece, eu não sou arquiteto, frágil. Parece construída com ingredientes que não sugerem grande durabilidade. Segundo, está situada em região onde o clima tende a criar uma espécie de imposto à intempérie, à vulnerabilidade, a toda uma série de coisas que contribuem para que essa arquitetura, muito popular na Amazônia, seja a essência do efêmero.

Terceiro, ela está num entorno pobre, que tenderá a se degradar e a se modificar ao sabor de irresistíveis ofertas e tentações. Meu medo é que o espaço em volta se descaracterize a um ponto em que a casa perca substância. Então, uma de duas possibilidades me ocorre, e eu já vi ocorrer em outros países, seria construir sobre a casa uma espécie de casulo de proteção transparente e ela ficaria dentro, mas protegida das condições do clima. A segunda é transportá-la cem, duzentos, quinhentos metros adiante, para um local que se torne um parque, um lugar protegido, em que ela teria uma garantia de sobrevida. O importante é que essa casa, local do crime, fique intacta, suspensa no ar. Quer dizer, seu exato ponto me parece menos importante que a sua perdurabilidade. Então, pergunto se há convencimento de que como está, onde está, ela tem as garantias de durar na memória nossa; portanto, há alguma coisa a fazer, ou apenas aceitar que ela será, pela própria natureza da modéstia de sua construção, uma coisa passageira, efêmera e que desaparecerá?” O Presidente tomou a palavra para fazer as seguintes ponderações: “Conselheiro, entendo que o local tem grande significado, a própria fragilidade da casa, me parece, faz parte do imaginário identificado pelo parecerista com relação à proposta de tombamento. Nós temos inúmeros imóveis de madeira já tombados. Quero lembrar que o primeiro tombamento do conjunto de imigração italiana no Rio Grande do Sul, a cidade de Antônio Prado, que é sob o ponto de vista tipológico muito similar. A permanência da arquitetura, na medida em que há uma conservação, não é tão problemática como parece. Então, não vejo isso como um grande problema. Acho, na verdade, se for aceita a proposta de tombamento, além da valorização de um Patrimônio do Estado do Acre, terá a disponibilidade da nossa Sub-regional do Acre, recentemente criada, para dedicar-se a esse trabalho. E, na verdade, a conservação dessa casa não será um problema.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Luiz Phelipe Andrès para a seguinte manifestação: “Vou ser breve. Só quero manifestar meu inequívoco voto a favor da conclusão

do Relator pela beleza de seu parecer, propriedade, e por tudo que já foi dito. Diante da quantidade de conhecimento produzido e do envolvimento pessoal e emocional dos Conselheiros nos casos que lhe são atribuídos sentimos, no momento da defesa, tanta dedicação que é fruto de uma atividade que venho acompanhando. Eu nunca fui funcionário do IPHAN mas acompanho o IPHAN há 30 anos, lá em São Luís, com um corpo técnico que se destaca também na produção de conhecimento. Já tive em mãos processos com propostas de tombamento de patrimônios diversos como o **Pátio Ferroviário da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Bens Móveis e Imóveis**, em Porto Velho, Rondônia, a **Casa das Minas Jeje**, em São Luís, MA, a cidade histórica de Piranhas, o **Terreiro do Gantois**, em Salvador, BA. Processos que são verdadeiras enciclopédias de conhecimento coroadas, às vezes, com peças como essa que acabamos de ouvir. Sinto-me sempre um pouco egoísta de não poder compartilhar rapidamente com maior contingente da nossa sociedade e de uma forma já disponível na INTERNET. Gostaria que o Secretário ainda estivesse presente porque poderia nos ajudar a obter uma forma rápida de compartilhar fatos como os que ocorreram hoje aqui, que valorizariam bastante a Instituição, de forma a ganharmos mais força em nossa luta. Ou seja, que tudo o que aconteceu aqui hoje pudesse ser disponibilizado e compartilhado através dos meios hoje existentes, relativamente ao nosso alcance, bastando um pouquinho mais de recursos. O IPHAN poderia negociar com o Ministério para não nos sentirmos sozinhos, fechados, com pequeno público a tomar conhecimento de tudo isso. Essa é a minha sugestão.”

O Presidente agradeceu e passou a palavra ao Conselheiro Nestor Goulart Reis para as seguintes considerações: “Em primeiro lugar, em relação ao comentário do Conselheiro Azambuja, nós temos diversos edifícios de madeira tombados. Lembra o Conselheiro Italo Campofiorito, o Catetinho. A madeira, se bem tratada, pode se conservar muito tempo. Mas ela tem uma peculiaridade, como a dos templos japoneses, as partes podem ser substituídas,

com o tempo. Sobretudo numa casa como essa, em que o significado não é o da arquitetura, não é um significado material. A segunda questão, seguindo um pouco as palavras do Conselheiro Luis Phelipe Andrès, a riqueza de certos pareceres do Professor Ulpiano Bezerra de Meneses sempre nos traz a oportunidade de discutir alguns aspectos, detalhar algumas questões e, como ele mesmo disse, são mudanças fundamentais na maneira de pensar, me parece de grande importância aprofundar. E neste sentido, acho fundamental tentarmos distinguir as manifestações de comunidades, expressão que, no Brasil, é utilizada hoje freqüentemente a partir de escolas de samba, e outras coisas mais graves, e cito como exemplo, em oposição, as questões que emanam de pequenas ou grandes formas associativas, mas que, na verdade, focalizam questões universais. No caso, as questões que foram levantadas por Chico Mendes eram questões de interesse de todo o Brasil. Não só do Acre, mas do Brasil, todas as partes são Brasil. E todas as questões que nós tratamos aqui são questões que dizem respeito a toda a população brasileira, nossa vida cotidiana, sob vários aspectos. No lado oposto, estamos discutindo conceitos e tombamentos, cito o caso de um processo que acompanhei mais de perto, no âmbito estadual, em que uma associação de bairro se manifestava a favor de uma obra que iria ser realizada; um grupo contrário perde a votação, não aceita a derrota e resolve o problema criando outra associação, portanto tornou-se outra comunidade, e abriu com um processo de tombamento. Então, se entrarmos em questões desse tipo, é importante sempre discutirmos os aspectos conceituais. Realmente, não se trata de uma decisão do estado, mas uma formalização de uma relação com a sociedade. Mas a relação com a sociedade tem um caráter de universalidade. Senão, vamos usar os conceitos de certas associações britânicas de conservação que, na verdade, se opunham aos movimentos modernos de arquitetura e que tinham um sentido profundamente conservador. E eles também estavam falando em nome da sociedade. Então, sem discordar nenhum minuto do

parecer do Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, pelo contrário, pegando uma carona neste parecer tão bem elaborado, eu me senti na necessidade de não silenciar sobre isso porque, como disse no início desta sessão, estou cada vez mais preocupado com os problemas que se colocam em cidades de maior porte, para um trato menos casuístico das questões de preservação nas áreas urbanas, e com a necessidade de buscar alguns critérios mais universais para responder às necessidades da sociedade e, ao mesmo tempo, da preservação. O que inclui também as questões de trato com a defesa do meio ambiente, quando o mesmo problema se coloca. Se não tivermos lucidez de critério, nos tornaremos instrumento de interesses, exatamente aos quais queríamos nos opor. E no caso do leite, podemos mencionar um aspecto que passou muito discretamente, uma informação sobre o tempo de maturação do queijo para que as bactérias esterilizassem o queijo, exatamente como faria o processo de pasteurização. Eu não vi essa informação publicada em nenhum lugar. Mas sei que em algumas regiões no Estado de São Paulo as grandes empresas faziam pressão sobre os produtores de leite para impedirem a sua transformação, a fim de garantir o suprimento de suas usinas para os seus processos de industrialização. Então, no momento que nós estamos defendendo uma questão de saúde pública, na verdade estamos sendo instrumento de interesses aos quais não queremos estar atrelados. Razão pela qual achei fundamental destacar que a luta de Chico Mendes era uma luta por valores, que são valores de todos nós. Razão pela qual não é preciso ter nada naquela casa, a não ser a memória de uma luta, que é de todos.” O Conselheiro Paulo Ormino tomou a palavra para as seguintes considerações: “Quando o Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses fala dessa mudança, desse novo paradigma de preservação que a Constituição de 88 estabeleceu, quero relembrar um fato. Modesto Carvalhosa, que foi membro deste Conselho, em 1987 criou um Grupo de Trabalho do qual fiz parte, onde se formulou uma proposta referente à questão do patrimônio e que foi encaminhada ao

Congresso. Eu, particularmente, fico muito satisfeito de que a minha proposta de incluir o inventário como uma das formas de preservação tenha sido acatada, como foram a maioria das propostas formuladas. Deve existir registro no próprio IPHAN desse documento. Se não houver, tenho uma cópia. Foi um documento muito bem escrito que resultou de várias reuniões realizadas no Rio de Janeiro. Augusto Silva Telles participou, consultores também foram chamados. Com relação à **Casa de Chico Mendes**, eu gostaria de chamar a atenção para o foco dessa proposta de tombamento. Acho que o foco dessa preservação é a memória de Chico Mendes. Eu não vejo nenhuma excepcionalidade, nem mesmo a sua rusticidade, na casa em questão. Não tenho a menor preocupação em relação à delimitação paisagística. Esse entorno será alterado. O que acho importante, e proponho aqui, é que este Conselho faça um apelo ao Ministro da Cultura no sentido de que exproprie uma área suficientemente grande, compreendendo a casa e, provavelmente, a outra margem do rio, ao fundo, onde se possa criar um pavilhão capaz de resgatar a memória do trabalho e da luta pela preservação da Amazônia, da qual Chico Mendes é uma figura fundamental. Então, esse pavilhão, naturalmente seria um volume novo onde seria apresentado, museograficamente, o material que não poderia ficar naquela casa de 52 metros. A casa deve ficar com os seus objetos e a sua biblioteca, e o pavilhão seria um memorial de Chico Mendes. Agora, é fundamental para isso a expropriação, a compra de uma área e a transformação desse sítio em um memorial. É a proposta que faço a este Conselho.” O Presidente tomou a palavra para a seguinte intervenção: “Acho que o Conselheiro tem razão. A minha posição é que as propostas de entorno apresentadas para apreciação do Conselho já tragam a própria normativa desse entorno. Isso tem criado muitos problemas de gestão para nós e esses entornos devem estar estritamente ligados à sua normativa, ao universo de valor determinado para o bem. Acho que está muito bem determinado aqui que o bem proposto para tombamento é a casa como lugar de memória, e a

sua preservação decididamente, não está ligada ao seu entorno. O Diretor do Departamento de Patrimônio Material acabou de me dizer que há uma proposta para que o IPHAN compre uma casa ao lado exatamente com a intenção de se construir um centro de memória. Acho absolutamente relevante e acho que devemos ir nessa direção. Então, proponho que apreciemos o tombamento da **Casa de Chico Mendes e do seu acervo**, sem considerar a proposta de entorno elaborada.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Leonardo Barci Castriota para a seguinte manifestação: “As três observações que ia fazer estão basicamente superadas. Uma era a questão do entorno; eu ia fazer uma proposta parecida, que se aprofundasse mais porque é importantíssimo. A segunda era a questão da preservação da madeira, que o Conselheiro Nestor Goulart Reis já esclareceu. Mas na terceira, vou fazer eco à proposta do Conselheiro Luiz Phelipe Andrès e dizer da importância do material que se produz neste Conselho. A riqueza dos pareceres, como por exemplo, o parecer do Conselheiro Ulpiano Bezerra de Menezes é uma importantíssima. Para quem trabalha em Universidades esse pareceres teriam grande utilidade. Então, sugeriria como recomendação, que pelo menos os pareceres fossem disponibilizados, depois de aprovados, na página do IPHAN, no formato PDF, para que as pessoas pudessem acessá-los.”.O Presidente tomou a palavra para a seguinte intervenção: “Acho isso possível, vou trabalhar para que aconteça. Agora, acho que, de fato, o que está sendo abordado talvez seja o nosso grande desafio. É a promoção do universo de trabalho e o processo de educação e de conhecimento a partir desse universo que declaramos Patrimônio Cultural Brasileiro. Acho que esse é o grande desafio da Instituição.” Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Sabino Barroso para a seguinte consideração: “Normalmente, as propostas de tombamento pressupõem, no texto, a preservação da área de entorno dos bens tombados. Isso é lei. Faz parte do Decreto-lei 25, dentro da proposta de tombamento do Conselheiro Ulpiano Bezerra de Menezes, a meu

ver, está incluída a preservação ambiental do entorno da casa de Chico Mendes.” O Presidente tomou a palavra para fazer os seguintes comentários: “É que em vários momentos essa delimitação do entorno acaba não sendo apreciada pelo Conselho e fica delegada ao próprio DEPAM. Eu pediria esse crédito ao Conselho para que pudéssemos tomba a Casa de Chico Mendes, e fazermos um estudo mais aprofundado do entorno, levando em conta a colocação de todos os Conselheiros. Proponho então, considerando as manifestações de apoio, que façamos a aprovação da proposta de tombamento contida no parecer do Conselheiro Relator. Podemos fazer isso por aclamação. A sugestão foi recebida com aplausos, ficando aprovado, por unanimidade, o tombamento da **Casa de Chico Mendes e do seu acervo**, no Município de Xapuri, Estado do Acre. Prosseguindo, o Presidente concedeu a palavra à Senhora Elenira Gadelina Bezerra Mendes, para a manifestação transcrita a seguir: “Durante a apresentação do audiovisual, quando a emoção permitiu, escrevi alguma coisa a respeito do tombamento. A importância do tombamento está no fato de que ali, naquela casinha simples, humilde, mas muito acolhedora, Chico passou alguns dos seus mais intensos anos. Foi quando sua luta para impedir que a floresta da Amazônia Acreana fosse derrubada para dar lugar a pasto de boi passou a incomodar os grandes latifundiários, colocando ali sua vida em perigo, culminando com seu assassinato em 88. Essa casinha não foi seu campo de batalha. Os empates eram seu campo. Ali, enfrentando peão, moto-serra, trator, machado, e Chico armado tão somente com o sonho de que os companheiros conseguissem manter sua estrada de seringa. E se ali não foi seu campo de batalha, foi o recanto onde o guerreiro Chico repousava quando a luta permitia. Quero aqui agradecer a sensibilidade do Presidente do IPHAN e dos Conselheiros esse momento especial que garante às novas e futuras gerações conhecerem um pedaço da vida e da luta do nosso querido Chico Mendes.” O Presidente agradeceu e concedeu a palavra a Senhora Nazaré Lima Soares, Representante do Ministério do Meio Ambiente, para a seguinte

colocação: “Eu gostaria, muito rapidamente, de agradecer as palavras gentis dirigidas à Ministra Marina Silva, e aqui não vem ao caso discutir as circunstâncias de sua saída do Ministério, ela me pediu que transmitisse aos Senhores Conselheiros a sua satisfação por essa iniciativa, e a certeza de que ela terá a oportunidade de agradecer a este Conselho, em uma outra ocasião. E, nesse momento, eu gostaria, também em nome do Ministério, de avisar que nós estamos, desde 2004, concedendo o “Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente” a cinco categorias de atuação na área de uso sustentável e proteção dos recursos naturais da Amazônia. Queria ainda dizer que, neste ano, no dia 08 de dezembro, ocorrerá a entrega da premiação de 2008, com um evento bem especial pela lembrança dos 20 anos da morte de Chico Mendes. Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, eu queria poder utilizar parte do seu parecer, que resgata a importância de forma que talvez a área ambiental não tenha conseguido ainda identificar, e que seu parecer tão bem resgatou. Muito obrigada.” O Presidente retomou a palavra para a seguinte manifestação: “Gostaria de informar os Senhores Conselheiro que o IPHAN promoveu recentemente um encontro com todas as estruturas estaduais de proteção do patrimônio do Brasil. Isso não acontecia desde os anos 70. O IPHAN está conduzindo um processo de diagnóstico dessas estruturas que, num primeiro momento, se espelharam na estrutura do IPHAN, mas atualmente são muito diversas, não só sob o ponto de vista operacional, quanto das suas competências. Estamos promovendo esse diagnóstico para conduzir um processo de discussão de um eventual Sistema de Proteção ao Patrimônio Cultural do Brasil. Desejo também transmitir aos Conselheiros que nos próximos dias reuniremos no Rio de Janeiro, no Salão Portinari, as estruturas de proteção de patrimônio da América do Sul, todas elas. Fazia muito tempo que esses órgãos não se reuniam. Vamos discutir o âmbito da nossa cooperação, que hoje é muito pontual, sempre ligada a ações específicas, como missões, e muito pouco organizada, sistematizada, considerando que essas

estruturas de proteção do patrimônio, na verdade, têm problemas muito similares. Também constará da pauta dessa reunião a criação do Centro de Estudos do Patrimônio no Rio de Janeiro, que foi aprovada pelo Centro de Patrimônio Mundial da UNESCO. Será um Centro Regional; a idéia é constituirmos a partir de uma institucionalização no Rio de Janeiro, todas as nossas estruturas de capacitação e de formação. Trarei aos Conselheiros a formatação desse Centro, que está sendo feita a partir de um convênio firmado com a Fundação Getulio Vargas para definição da sua arquitetura. O apoio institucional que já existe é suficiente para, no próximo ano, oferecermos os primeiros cursos. Também quero agradecer, mais uma vez, a presença de todos. Acho que essa reunião, para além da emoção, foi uma das reuniões mais importantes que tivemos, das mais ricas, pela importância do conteúdo dos processos analisados. Acho que estamos num processo cumulativo de reflexão sobre a proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro. Antes de encerrar a reunião, gostaria de agradecer todas as gentilezas da Conselheira Angela Gutierrez, que ainda vai nos oferecer um café mineiro.” A Conselheira Angela Gutierrez tomou a palavra para completar o convite: “Um café mineiro, com direito a muita coisa feita com queijo, aqui ao lado. E depois, se os Conselheiros quiserem nos dar o prazer de presenciar a abertura da exposição da Família Ferrez, no primeiro prédio. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e encerrou a sessão, da qual, eu Anna Maria Serpa Barroso, lavrei a presente ata, que assino com o Presidente e os membros do Conselho.

Luiz Fernando de Almeida

Anna Maria Serpa Barroso

Angela Gutierrez

Breno Bello de Almeida Neves

Italo Campofiorito

Leonardo Barci Castriota

Jurema de Sousa Machado

Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès

Marcos Castrioto de Azambuja

Maria Cecília Londres Fonseca

Nestor Goulart Reis Filho

Paulo Ormino David de Azevedo

Roque de Barros Laraia

Sabino Machado Barroso

Suzanna do Amaral Cruz Sampaio

Synésio Scofano Fernandes

Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes